

**LUCAS ALVES SANTOS – RA: 00318598**

**O SILENCIAMENTO DA DIFERENÇA: A FENDA NARCÍSICA DE  
SUBJETIVIDADES LGBTQIA+**

**Monografia de conclusão do Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica**

**Orientadora: Dra. Adriana Barbosa Pereira**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
EDUCAÇÃO CONTINUADA**

**2023**

## RESUMO

### **O SILENCIAMENTO DA DIFERENÇA: A FENDA NARCÍSICA DE SUBJETIVIDADES LGBTQIA+**

O presente estudo tem por objeto de pesquisa as consequências psíquicas do silenciamento da pluralidade sexual e de gênero. Pretende-se explorar as implicações na constituição do narcisismo de subjetividades LGBTQIA+, num cenário em que a heterossexualidade e cisgeneridade são as normas, podendo investigar, respaldado no referencial psicanalítico, a fenda narcísica que são abertas nos dissidentes de tais modelos normativos. O procedimento para coleta de dados se deu de forma qualitativa fundamentada na análise crítica do material obtido por via do levantamento bibliográfico. Diante das informações coletadas, foi realizado um estudo psicanalítico dos elementos levantados, buscando articular as compreensões alicerçado no arcabouço teórico construído ao longo do curso de especialização em teoria psicanalítica. Assim, a pesquisa iniciou contextualizando numa linha do tempo da antiguidade até a contemporaneidade, realizando uma pausa no tempo de Freud para conceituar a sexualidade na teoria psicanalítica. Seguindo para uma análise de como se dá a subjetivação a partir da noção de narcisismo e como a heterocisnORMATIVIDADE impacta esse processo produzindo sofrimento psíquico, refletindo a partir da perspectiva do trauma precoce e da melancolização do sujeito.

**Palavras-chave:** Psicanálise; Sexualidade; Narcisismo; Diversidade; Melancolia; Gênero.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Joselma e Luiz, por seu amor que lhes permitiu aceitar as minhas diferenças, por todo o cuidado que me possibilitou avançar e por todo incentivo aos estudos que alimentaram a minha curiosidade.

Ao meu irmão, Luiz Fernando, que me ensina sobre como é difícil aceitar as diferenças, mas que esta é condição fundamental para o amor.

Ao meu namorado, Júlio, por todos esses anos em que pudemos compartilhar a companhia, o companheirismo, o apoio, o respeito, o desejo, o cuidado, enfim a potência do amor. Com você a vulnerabilidade ganhou novos sentidos, você me inspira.

À minha analista, Sandra, por sua generosidade e por esses anos de análise que me permitiram transformações psíquicas fundamentais.

Ao professor Klain, com quem muito aprendi na graduação em psicologia, obrigado por sua generosa transmissão da psicanálise enquanto professor e supervisor, e por ter me indicado a especialização em Teoria Psicanalítica.

À minha orientadora, Adriana, pelas ricas discussões e pelas contribuições em sua transmissão da psicanálise que se faz notar nas páginas dessa monografia.

À minha amiga, Milena, com quem há dois anos tenho tido o prazer de compartilhar as angústias, os aprendizados e a companhia nas idas para São Paulo e nos retornos para Sorocaba, sempre com reflexões valiosas.

Aos amigos que fiz na especialização, em especial os mais próximos, Alessandra Monalisa, Virginia, Pedro e Victor, que junto com a Milena fizeram dessa experiência mais prazerosa e construtiva. Que alegria os ter encontrado.

Finalmente, aos meus pacientes, com quem tanto aprendo na delicadeza da clínica, obrigado por tudo o que vivemos.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>04</b> |
| <b>2. A FACE REPULSIVA DE EROS: SEXUAL, O INQUIETANTE QUE NOS HABITA.....</b>                                    | <b>06</b> |
| <b>2.1 Desejos enclausurados: breve recorte sócio-histórico acerca da demonização das homossexualidades.....</b> | <b>06</b> |
| <b>2.2 As flechas de Eros.....</b>   | <b>10</b> |
| <b>2.3 O inquietante da sexualidade infantil.....</b>  | <b>14</b> |
| <b>2.4 O desejo fora do armário da moral sexual “civilizada” .....</b>   | <b>18</b> |
| <b>3. OS ECOS DE NARCISO E O SILENCIAMENTO MORTÍFERO DE SUJEITOS LGBTQIA+.....</b>                               | <b>24</b> |
| <b>3.1 Narciso face ao espelho: os contornos que delimitam o Eu.....</b>   | <b>24</b> |
| <b>3.2 A renúncia do lugar de Eco em nome da diferença e as questões de gênero.....</b>                          | <b>27</b> |
| <b>3.3 A queda de vossa majestade: da Ferida no narcisismo à fenda narcísica.....</b>                            | <b>34</b> |
| <b>4. PATHOS DO “AMOR QUE NÃO OUSA DIZER O SEU NOME” .....</b>   | <b>38</b> |
| <b>4.1 Algumas considerações sobre os efeitos patológicos da normatividade.....</b>                              | <b>38</b> |
| <b>4.2 A criança <i>queer</i> mal acolhida a partir do olhar da “criança terrível” da psicanálise.....</b>       | <b>41</b> |
| <b>4.3 Melancolia de gênero.....</b>   | <b>48</b> |
| <b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>53</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>55</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

A psicanálise emergiu da escuta daquilo que fora silenciado no seio de uma sociedade normativa, que restringia a sexualidade, tendo esta encontrado no sintoma possibilidade de expressão. Considero que a posição psicanalítica é por excelência de escuta e, portanto, entendo que numa pesquisa, mais do que convocar a teoria psicanalítica para dizer de algo, é importante que tal como na experiência clínica a escuta tenha seu lugar privilegiado, só assim é possível o contato com a diferença e a construção de novas compreensões.

Tomando por objeto de estudo as consequências psíquicas do silenciamento da pluralidade sexual e de gênero, o presente estudo é impelido por certas inquietações que visam responder alguns questionamentos: fundamentado na psicanálise, o que é possível escutar no silêncio daqueles que foram oprimidos pela moral sexual de nossa civilização? Embora diversos sejam os avanços conquistados nas últimas décadas, o Brasil segue sendo o país que mais mata LGBTQIA+, como pensar a constituição do Eu de sujeitos que desde cedo são permeados por imposições de gênero cismnormativas e de orientação sexual heteronormativas? Com a despatologização das homossexualidades e transgeneridades, novos caminhos puderam ser percorridos para compreender tais subjetividades e o seu *pathos*, como podemos conceber os ferimentos em seu narcisismo?

No que tange aos objetivos da presente pesquisa bibliográfica, estes são: num primeiro momento, poder percorrer a concepção de sexualidade na obra de Freud, buscando compreender como seu pensamento se articula com a noção contemporânea de diversidade sexual e de gênero; posteriormente, analisar como se dá o processo de subjetivação a partir da trama teórica acerca do narcisismo e de suas feridas, observando quais as suas implicações em pessoas LGBTQIA+; por fim, poder refletir sobre os destinos de tais feridas, os efeitos adoecedores da normatividade e o sofrimento psíquico desses sujeitos.

Visto que mesmo com os significativos avanços dos movimentos sociais, em nosso país aumentou enormemente a violência contra os dissidentes da norma sexual e de gênero (QUINET; JORGE, 2020), uma pesquisa em que a escuta recaí sobre as diversidades possui singular importância. O mortífero discurso dominante avesso a diversidade ecoa o nefasto fazendo uso de ataques violentos, como instrumento de morte, mediante de agressões que quebram ossos, que rasgam a carne, que fazem morrer seja pela via direta do ato do agressor, seja por vias indiretas, como o estrangulamento causado pelos preconceitos que sufocam e dilaceram o sujeito, por vezes o fazendo cair no âmago da desistência.

Quanto ao procedimento para coleta de dados, este se deu de forma qualitativa fundamentada na análise crítica do material obtido por via do levantamento bibliográfico de artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e/ou livros de fontes confiáveis, que se mostraram relevantes para a temática da pesquisa. Diante das informações coletadas, foi realizado um estudo psicanalítico dos elementos levantados, buscando articular as compreensões alicerçado no arcabouço teórico construído ao longo do curso de especialização em teoria psicanalítica.

Para iniciar a discussão foi realizado uma revisão do contexto socio-histórico-cultural em que a diversidade sexual foi silenciada, abordando da antiguidade até a contemporaneidade. O breve recorte faz uma pausa no tempo de Freud para compreender mais detidamente o pensamento freudiano acerca do assunto, avançando da contextualização para a conceituação de sexualidade para a psicanálise. Foi buscado compreender qual era a posição teórica e ética de Freud e trabalhando a partir da teoria psicanalítica os construtos que permitem uma perspectiva inclusiva, como os conceitos de pulsão, a disposição perversa polimorfa e a articulação da bissexualidade constitutiva com o Édipo Completo. O capítulo finalizou com o retorno ao fio que nos conduz na história apontando a diversidade dentro da própria psicanálise e nos desdobramentos pós freudianos.

Em seguida a proposta foi de pensar a constituição do Eu, conceituando os principais processos implicados na passagem da condição dispersiva de um Eu não integrado – com seus conteúdos fragmentados – para uma unificação, a partir do olhar totalizador que ao devolver o reflexo unifica num corpo íntegro. Assim, estádio do espelho, os processos identificatórios e o Eu enquanto objeto de investimento libidinal (narcisismo primário) são apresentados. A dinâmica da subjetivação foi complexificada com a noção de gênero e com os desdobramentos na subjetividade daqueles que manifestam diferença que os ideais culturais heterocisnormativos buscam silenciar.

Por fim, partindo dos desejos e identificações silenciadas, buscou-se compreender as implicações psicopatológicas nos que sofrem tal violência. Foi utilizado o referencial teórico que compreende o sofrimento psíquico relativo as clivagens e identificações mortíferas decorrentes do traumático. Nesse sentido, a análise do presente fenômeno se deu respaldado no pensamento psicanalítico de Ferenczi, Freud, Abraham e Torok, articulando com as ideias da filósofa Judith Butler sobre melancolia de gênero. O exercício reflexivo desse último capítulo, assim como todo o estudo, buscou respeitar os limites da teoria psicanalítica.

## 2. A FACE REPULSIVA DE EROS: SEXUAL, O INQUIETANTE QUE NOS HABITA

### 2.1. Desejos enclausurados: breve recorte sócio-histórico acerca da demonização das homossexualidades

Ao nos debruçarmos sobre o pensamento de Freud, logo esbarramos naquilo que foi motivo de rupturas e responsável pelo despertar da fúria de adversários, que se levantaram de maneira veemente contra suas ideias, tal como as resistências se erguem no espaço fronteiriço entre aquilo que é permitido acessar a consciência e aquilo que deve ser repelido para longe. A sexualidade segue causando repulsa na atualidade e, mesmo após mais de um século, não se apaga em Freud seu caráter perturbador, ao ter lançado luz naquilo que, segundo o barulho da inquietação conservadora, devia ter permanecido na escuridão do não saber. “Antes de tudo, o sexual é o indecente, é aquilo sobre o que não se deve falar” (FREUD, 1916a/2019, pág. 187).

Proibida de ser enunciada, a sexualidade é enclausurada. Na verdade, isto é o que se pretende, no entanto, tal tentativa fracassa, visto que aquilo que é recalcado sempre retorna (FREUD, 1915b/2010). Foi possível constatar tal dinâmica já nos primórdios da Psicanálise na escuta das histéricas, que silenciadas no seio de uma sociedade repressora, que oferecia poucas possibilidades de obtenção de prazer para mulheres, encontraram no sintoma uma possibilidade de satisfação.

Na contemporaneidade, as sexualidades que não se enquadram no modelo normativo ainda sofrem o destino do silenciamento, muitas são confinadas no armário, como podemos observar na expressão comumente utilizada quando alguém “assume” uma sexualidade não hetero: “ele(a) saiu do armário”. Tais saídas se dão porque não há armário que dê conta de conter, enclausurar e encerrar a potência do desejo. Em psicanálise, como veremos mais detidamente adiante, a sexualidade é compreendida como aquilo que resiste e, portanto, não se submete às normas sociais (RODRIGUES, 2019).

Reitter (2021) ressalta a importância de que o psicanalista esteja atento as especificidades da experiência *gay* ao ouvir um paciente homossexual. Tal experiência diz respeito àquela que o sujeito vivencia só por ser homossexual, tendo o armário como uma das maiores manifestações. Segundo Rodrigues (2019), a lógica do armário funciona como um dispositivo que incide na regulação da vida social, mais especificamente na divisão das vivências sentimentais entre as que são enunciáveis nos espaços públicos e os aspectos que apenas devem ser experienciados no silêncio do espaço privado.

Ao falarmos da influência da cultura corremos o risco de seguir em desenvolvimentos sociologizantes, no entanto, o presente trabalho visa articular a normatividade e as diferenças sexuais respeitando os limites que demarcam o campo do saber psicanalítico. Em *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, publicado em 1921, Freud declara que numa investigação mais profunda é possível perceber como a psicologia social e a psicologia individual se interpenetram, tendo em vista que o sujeito se constitui na sua relação com o Outro, tomado na vida psíquica do indivíduo como objeto, modelo, auxiliador e adversário, assim nas palavras do autor “a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social” (FREUD, 1921/2011, pág. 14). Nesse sentido, pensar a constituição do dispositivo do armário demanda uma perspectiva que leve em consideração os aspectos sócio-históricos de seu desenvolvimento. Seguiremos nos rumos e percursos de uma breve linha do tempo que nos auxiliará na compreensão de como o diverso do sexual foi rechaçado para as margens da sociedade.

Na Antiguidade, havia uma aceitação cultural da homossexualidade, sendo a pederastia considerada um costume social (PAOLIELLO, 2020a). Na Grécia e em Roma, não apenas era difundida como algo comum, a homossexualidade entre os homens era também tomada como imagem do ideal do erotismo e modelo de educação dos jovens (ANDRÉ, 1995). Dessa forma,

não se tratava de uma perversão, mas sim de uma instituição – como o casamento – sancionada e santificada pelo costume, o culto e o Estado. Com efeito, havia dois aspectos na vida social grega – por um lado, o registro doméstico, com a procriação física no casamento; por outro lado, o registro público dos homens no ginásio, na educação aristocrática e nos banquetes (PAOLIELLO, 2020a, pág. 33).

Da Antiguidade a Idade Média, a homossexualidade sofreu o destino de vir a ser banida e sancionada como um crime grave (ANDRÉ, 1995). Paoliello (2020a) afirma que, com o advento do cristianismo, a homossexualidade teria sido condenada, sendo considerada abominação. Serge André (1995) aponta que a fonte em que se apoia a virulência da chamada moral “cristã”, a história de Sodoma, que é relatada no livro de *Gênesis* da bíblia e da qual deriva o termo sodomia, na verdade não teria originalmente relação alguma com a homossexualidade. De modo, que apenas tardivamente, no decorrer do período Medieval, essa narrativa teria sido interpretada identificando a homossexualidade como o pecado dos sodomitas.

A concepção de que a homossexualidade é uma abominação parte do pressuposto de que ao criar o homem e a mulher, Deus estabelece a complementariedade no que tange a anatomia, em que a união deveria levar a frutificação e multiplicação, sendo esta a única prática

sexual aceita como natural. A partir do século V, Agostinho, Jerônimo e Tomáz de Aquino, considerados grandes pensadores do catolicismo, conservaram tal posição, concebendo a sexualidade vinculada com a procriação, assim sendo, mantiveram a vida “naturalmente heterossexual” dos animais como modelo a ser seguido. Toda manifestação sexual que transasse a esta norma acarretava severas sanções no intuito de manter o “normal”. Surge então uma moralidade sexual (PAOLIELLO, 2020a).

A mudança quanto a atitude para com os homossexuais se apoia na evolução dos princípios morais e do direito. Nos séculos XII e XIII, pode se constatar que a moral sexual e o direito, que eram propagados pela Igreja, foram marcados pela ideia central de natureza, algo que “acarretou toda uma teoria da sexualidade fundamentada na união natural do macho e da fêmea” (ANDRÉ, 1995, pág. 123). Aquilo que se desviava do caminho supostamente posto pela natureza era tomado como perverso, pois pervertia a ordem natural, desvirtuava o homem e o corrompia, assim era concebida a perversão, confundida com perversidade, na Idade Média (ROUDINESCO, 2008)

De pecado a crime, a homossexualidade, que foi tomada como objeto de repúdio pela religião, veio a ser criminalizada e condenada a pena de morte. Em 1179, o Concílio de Latrão condenou os homossexuais, simultaneamente aos judeus, muçulmanos e hereges (ANDRÉ, 1995). No século XII, o Código de Gengis Khan, código este de leis do imperador da Mongólia, foi o primeiro da História a proibir a homossexualidade e indicava no art. 48 a pena de morte para “os homens que tivessem cometido sodomia” (PAOLIELLO, 2020a, pág. 35). No ocidente, foi no séc. XIII que pela primeira vez tivemos um código civil prescrevendo a morte para os homossexuais (ANDRÉ, 1995).

Em 1553, o rei Henrique VIII da Inglaterra proclamou que todas as atividades sexuais que não possuíam como finalidade a reprodução eram crime, tal como as relações homossexuais, o sexo oral, o sexo anal e a masturbação. Portugal, no mesmo ano, criminalizou a sodomia, instalou a Inquisição e reformou o Código Penal com influência do Direito Canônico. A sodomia era tomada como o mais sujo, torpe e desonesto pecado perante Deus e os homens, sendo imposto ao infrator a sentença de que fosse queimado até tornar-se pó e assim não restasse memória de seu corpo. A criminalização foi estendida às colônias portuguesas, chegando até o Brasil (PAOLIELLO, 2020a).

Foucault (1976/2018), no primeiro volume da *História da Sexualidade*, observa que, de acordo com as teorias sexuais, a época da repressão do sexo possui enquanto marco histórico o surgimento das chamadas sociedades burguesas. “Um rápido crepúsculo se teria seguido à luz

meridiana, até as noites monótonas da burguesia vitoriana” (pág. 7). Aquilo que até o início do séc. XVII era da ordem das transgressões visíveis, dos discursos sem vergonha e das anatomias mostradas sem escândalo, agora seria aqui encerrado e a sexualidade transposta para o interior da casa.

Guimarães (2016) aponta em sua dissertação de mestrado sobre Foucault e Freud acerca da sexualidade que nessa perspectiva entrariam em cena: o pudor, a vergonha e o receio de ferir a decência da moralidade rígida própria da época vitoriana. Sendo em meio a este cenário opressivo que, na concepção foucaultiana sobre a hipótese repressiva, o discurso da repressão estaria a exercer seu poder com seus excessos de proibições às questões sexuais.

No entanto, por detrás da hipocrisia burguesa o que se vê é a vontade de saber e a consequente colocação do sexo em discurso, como podemos observar, por exemplo, na prescrição dita indispensável da Igreja Católica, após o Concílio de Trento, de que seus fiéis detalhassem, “para que a confissão fosse completa: posição respectiva dos parceiros, atitudes tomadas, gestos, toques, momento exato do prazer – todo um exame minucioso do ato sexual em sua própria execução” (FOUCAULT, 1976/2018, pág. 21).

No séc. XIX, o discurso científico se apodera do saber sobre a sexualidade, a questão agora já não é mais de cunho religioso e jurídico. Entretanto, era uma ciência subordinada essencialmente aos imperativos de uma moral, feita de esquivas que, em sua incapacidade ou recusa em falar sobre o próprio sexo, encontrou enquanto objeto de estudo as extravagâncias excepcionais e aberrantes (FOUCAULT, 1976/2018). Centrada na patologia, a medicina tomou as questões sociais como desvios e doenças psiquiátricas e passou a denunciar as fraudes contra a procriação, com trabalhos que catalogavammeticulosamente aquilo que foi denominado de perversões sexuais (RODRIGUES, 2019). Esses que se afastam do caminho “normal”, “por sua multiplicidade e excepcionalidade, esses anormais só são comparáveis aos monstros grotescos que P. Bruegel pintou para *A tentação de Santo Antônio*” (FREUD, 1916a/2019, pág. 189).

A *Scientia Sexualis*, como chamou Michel Foucault (1976/2018), instituiu uma noção com ares de científicidade do que seria uma sexualidade normal e saudável, fundamentada num modelo conjugal, reprodutivo e heterossexual (RODRIGUES, 2019). Desse modo, tudo aquilo que ousava divergir dessa normatização foi patologizado, no caso dos homossexuais, foram tomados como possuidores de um sentimento sexual contrário, uma inversão sexual (PAOLIELLO, 2020a).

## 2.2. As flechas de Eros

Foi nesse contexto que surgiu o revolucionário texto *Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade* (1905), que é o coração do presente capítulo, em que Freud desenvolveu seu inovador e provocativo pensamento acerca do sexual, distanciando-se da opinião popular. Embora o primeiro ensaio seja intitulado *As Aberrações Sexuais*, o que poderia nos levar a uma errônea interpretação de que ele se coloca ao lado dos sexólogos da época, ao acompanhar o desenvolvimento de seu raciocínio é notório que sua posição teórica e ética é avessa a posição destes.

Logo nas primeiras páginas ele discorda do entendimento popular, que possui ideias bastante delimitadas sobre a natureza e as particularidades da sexualidade: tomando-a como ausente na infância e tendo na puberdade o seu emergir, resultante de um amadurecimento, manifestando-se na atração que um sexo exerce sobre o outro e possuindo enquanto meta a união dos genitais. O autor rejeita tal noção, pois "temos motivos para ver nessas informações um quadro infiel da realidade; a um exame mais atento, elas se mostram plenas de erros, imprecisões e conclusões precipitadas" (FREUD, 1905/2016, pág. 21).

No arcabouço teórico da psicanálise, a definição de sexualidade não se reduz ao ato sexual, este último não dá conta da potência plural do Sexual que, como Laplanche (2015) salienta, é a grande descoberta freudiana. É uma dimensão do existir que vai para além da genitália, do corpo e das práticas sexuais, se fazendo presente desde os primórdios da vida do indivíduo até o seu fim (RODRIGUES, 2019). No *Vocabulário da Psicanálise*, o verbete da sexualidade aparece definido enquanto “toda uma série de excitações e de atividades presentes desde a infância que proporcionam um prazer irredutível à satisfação fisiológica” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1967/2016, pág. 476).

Na árdua tarefa de delimitar o que é a sexualidade no campo científico, Freud (1916a/2019) deixa claro que não basta conceber que é aquilo que diz da oposição entre os sexos, aquilo que se coloca a serviço da função reprodutora e que possui caráter indecente. Pois a investigação leva até aqueles cuja vida sexual diverge do quadro normativo. Entra em cena os ditos “perversos”, que aboliram a oposição entre os sexos, tendo renunciado a toda e qualquer participação na reprodução. O autor aponta não haver dúvidas de que nessas formas de loucuras, singularidades e horrores consistem, realmente, a atividade sexual dessas pessoas, tendo “em suas vidas o mesmo papel que tem a satisfação sexual normal na nossa” (pág. 191).

Partindo da perversão, Freud contesta a relação entre sexualidade e a reprodução, tendo em vista que as perversões estão inscritas no campo do sexual e cuja meta não é a procriação. Nesse sentido, a teoria popular, à qual Freud se opõe, parece corresponder ao mito de origem da natureza humana, em que ocorre a “divisão dos ser humano em duas metades – homem e mulher –, que buscam unir-se novamente no amor” (FREUD, 1905/2016, pág. 21). O que, segundo o autor, poderia resultar em grande surpresa a descoberta dos invertidos, nome atribuído na época àqueles que possuíam interesse sexual por pessoas do mesmo sexo.

Diante dessa leitura, percebe-se que reposaria aí a crença numa complementariedade sexual, em que homem e mulher seriam de alguma forma feitos um para o outro, tendo a reprodução enquanto finalidade da sexualidade, mediante a união de seus genitais. Jorge (2020) afirma que é no mito da relação sexual, ou seja, no mito de que existiria uma complementariedade, de que existe relação entre os sexos que se encontra a fonte dos preconceitos relativos à homossexualidade.

No entanto, há uma parte significativa do mito que é oculta na escrita de Freud. Assim, vale revisitar o discurso de Aristófanes *n’O banquete de Platão* sobre a natureza humana e suas vicissitudes. No início eram três os gêneros da humanidade, para além do andrógino, havia o masculino e o feminino. A primitiva natureza humana não era cíndida, mas uma unidade circular, sua forma inteiriça possuía duas faces, quatro braços, quatro pernas e dois sexos. Possuíam grande presunção, tendo eles se voltado contra os deuses, tentaram subir uns nos outros para alcançar o Olimpo, desse modo, atraíram pra si a fúria dos deuses. Zeus não podia matá-los, pois se os fulminasse, como o fez aos gigantes, faria desaparecer sua raça e assim, não haveria quem prestaria honras aos deuses e seus templos desapareceriam. Depois de muito refletir, em represália à onipotência, Zeus lançou um raio, cortando cada um em dois, que agora possuíam uma face, dois braços, duas pernas e um sexo cada. Consequentemente, desde que o ser humano foi mutilado em dois, instaurou-se a sensação de incompletude, cada um passou a ansiar por sua metade desejando novamente se unir, na esperança de reaver a perdida completude arcaica (BACCHINI; VILHENA; RUDGE; SANTOS, 2016).

De que modo a opinião popular encontraria aqui correspondência se, como é possível constatar, a divisão das metades não implica apenas no homem e na mulher? O que nos primórdios fora uma unidade androgina, resultou em uma parte masculina e outra feminina; o mesmo ocorreu com o que primitivamente fora uma unidade feminina, em que a partir da divisão tornou-se duas partes femininas que procuram se completar; e o que outrora fora uma unidade masculina, agora são duas metades, dois indivíduos masculinos que buscam um ao

outro, que visam no amor refazer a totalidade perdida (BACCHINI; VILHENA; RUDGE; SANTOS, 2016).

Essa omissão seria resultante da multiplicidade de relatos que na mitologia encontram diversas versões? Ou seria efeito do recalque, tão presente no social e na paixão pela ignorância, que, como Rodrigues (2019) sustenta, no desejo de nada saber sobre as diferenças e os diferentes, realizam consideráveis negações subjetivas? É comum ouvirmos discursos que apontam para uma crença de que no passado as homossexualidades não existiam, o que já no início do presente capítulo cai por terra. Seria, portanto, essa “surpresa”, da qual Freud nos fala, um espanto em deparar-se com algo do qual é preferível não saber?

Desde a infância defrontar-se com a diferença não é tarefa fácil. A criança toma o outro como um semelhante, possuidor do que ela própria possui, negando a marca da alteridade (FREUD, 1923b/2019). No entanto, por mais que se tente negar, a diferença se faz perceber e é no campo sexual que ela inicialmente se faz constatar. Notoriamente não é sem sentido que a palavra “sexo” tem sua origem etimológica do latim, *secare*, cujo significado é cortar, separar, dividir (JORGE, 2020).

A falta será interpretada pela criança como consequência da castração (FREUD, 1923b/2019). Assim como pudemos observar no mito, em que Zeus castra os humanos e lhes deixa na falta. A mutilação sangrenta do sexo, de acordo com a teoria psicanalítica, respinga na história do sujeito, do início ao fim, desde a infância até a velhice. A castração mancha de púrpura os encontros eróticos do sujeito, a amputação originária nos marca na falta e faz da travessia da vida um caminhar trágico que tem o nome de desejo (QUINET, 2020).

Sigamos na trilha dos *Três Ensaios...*, texto em que a pulsão sexual faz sua entrada conceitual (GARCIA-ROSA, 1995), encontramos nesse conceito a chave para compreender melhor porque o discurso da complementariedade é uma falácia. Nos deparamos, no ensaio sobre as aberrações sexuais, com os desvios no tocante ao objeto sexual, ali Freud (1905/2016) constata que a concepção de que a pulsão já traz consigo o seu objeto não se sustenta, entre estes a ligação se dá apenas por uma soldagem. O autor demonstra que o vínculo entre a pulsão e o objeto não está dado a priori, além de não ser inato tampouco é permanentemente fixo.

Um conceito dessa envergadura não nasce com seus contornos plenamente delimitados, não surge pronto (GARCIA-ROSA, 1995), ele segue sendo desenvolvido ao longo da obra freudiana. Dez anos após os “Três Ensaios...”, encontramos no clássico texto metapsicológico *As Pulsões e Seus Destinos*, publicado em 1915, que o objeto da pulsão, nas palavras do autor: “é aquele que junto ao qual, ou através do qual, a pulsão pode alcançar sua meta. É o que há de

mais variável na pulsão, não estando originalmente a ela vinculado, sendo apenas a ela atribuído por sua capacidade de tornar possível a satisfação” (FREUD, 1915a/2013, pág. 19).

Essa relação da pulsão com seu objeto nos remete a Eros, que na mitologia grega é considerado o deus do amor, equivalente ao cupido para os romanos. Representado como um anjo-criança com os olhos vendados e armado de um arco e flecha, Eros lançava suas flechas a esmo, ou seja, de maneira aleatória, tornando aquele que fosse atingido perdidamente apaixonado, sem que fosse possível ter algum controle sobre isso. Podemos tomar essa cena como uma metáfora da pulsão erótica, tendo em vista que ela nos ilustra que o destino da flecha, tal como o do desejo sexual, tem algo de imprevisível, não sendo direcionado apenas a um objeto, que é sempre deslocável (RODRIGUES, 2019; PAOLIELLO, 2020b).

Diante da não existência de um objeto fixo da pulsão sexual, percebe-se em Freud que a sexualidade humana não é da ordem puramente instintiva como é para os animais, divergindo destes a sexualidade do sujeito é pulsional e seu objeto é

diversificado, anárquico, plural e parcial; exprime-se de várias formas: oral, anal, escopofílica, vocal, sádica, masoquista, dentre outras. Com isso, Freud divorcia a sexualidade de uma estreita relação com os órgãos sexuais, passando a considerá-la com uma função abrangente em que o prazer é sua finalidade principal, e a reprodução uma meta secundária (CECCARELLI, 2020, pág. 156).

A sexualidade humana, diferentemente do instinto animal, é caracterizada pela disjunção entre pulsão e objeto (QUINET, 2020). Nos animais, o comportamento sexual é instintivo e subordinado a determinados ciclos biológicos, que ligam a copula sexual entre macho e fêmea de maneira exclusiva aos períodos de fertilidade da fêmea, ou seja, à biológica aptidão para a procriação daquela espécie (JORGE, 2020). Enquanto que no caso dos seres humanos, mais do que uma herança genética, nossa pulsional sexualidade está intimamente relacionada ao prazer e ao campo da fantasia, não se restringindo a finalidade reprodutiva (RODRIGUES, 2019).

Nesse sentido, para além de diferenciar a sexualidade animal e humana, é preciso delimitar as diferenças entre o instinto e a pulsão, tendo em vista que desde a tradução Strachey para a Edição *Standard* das Obras Completas de Freud, o termo “*Trieb*” foi tomado erroneamente como instinto. Encontramos nos escritos freudianos a palavra *Instinkt*, que designa um fixo padrão de comportamento, determinado de forma hereditária; e *Trieb* para definir uma força que impele o psiquismo para determinada finalidade, cujo resultado final, “longe de ser fixo é infinitamente maleável e diversificado” (CARONE, 2004, pág. 92).

O termo *Trieb* evoca a noção de uma poderosa força irresistível que impulsiona, a pulsão é um conceito único e não possuí correlatos (MARQUES, 2020). Com a concepção do pulsional, “a psicanálise subverteu e desnaturalizou a noção vigente que compreendia a sexualidade como o simples efeito de um instinto supostamente heterossexual de reprodução da espécie” (RODRIGUES, 2019, pág. 35). Freud rompeu com o discurso biologizante que era sustentado pela *scientia sexualis* do fim do século XIX, discurso este que alicerçado na ideia de instinto, promovia um reducionismo do sujeito, compreendendo-o a partir de um fixo padrão de comportamento e tomando como perversa toda e qualquer manifestação da sexualidade que não tivesse a meta de conduzir a preservação da espécie (MARQUES, 2020).

### **2.3. O inquietante da sexualidade infantil**

No segundo dos *Três Ensaios...*, ao desvelar que há sexualidade nas crianças, Freud perturba o sono daqueles que se esforçam em apagar qualquer traço do sexual nos pequenos considerados como assexuados. O curioso é que estes “que recusam a existência da sexualidade infantil não cedem por isso na educação, mas perseguem, com o máximo rigor, as manifestações daquilo que recusam” (FREUD, 1916a/2019, pág. 198), chamando de maus hábitos infantis.

Freud (1905/2016) inicia o ensaio denunciando a negligência do fator sexual na infância e encontra na amnésia infantil a razão para tal negligência. Esse peculiar fenômeno psíquico parece soterrar as recordações da pré-história do sujeito, situada já em sua existência individual, a infância, tais lembrança dos primeiros anos de vida não são conservadas na memória. Assim, aquilo que foi recalado na infância, agora na vida adulta não pode ser reconhecido nas manifestações das crianças, pois “recusamos ativamente aquilo que põe em risco a coerência identitária. Pena que ela não exista!” (PORCHAT, 2019 In RODRIGUES, 2019, pág. 14).

O emergir da concepção da sexualidade infantil é fundamental para os desdobramentos do saber psicanalítico, que situa a infância como tempo primordial para a constituição psíquica. Freud comprehende que as experiências arcaicas do bebê vividas com seus cuidadores são fonte de prazer, assim, ao ser amamentado, esse encontro do pequeno com o seio – ou com seu substituto, como a mamadeira – é possibilitador de experiências de satisfação, que vão para além do apaziguamento das necessidades fisiológicas de nutrição.

Há nesse encontro do lactente com esse(a) que exerce a função materna algo que excede a alimentação. Na mamada o bebê se deleita com o afluxo de leite quente, algo que foi experienciado como sensação prazerosa e que posteriormente busca ser repetida. Na ausência

do seio ele se satisfaz sugando uma parte do próprio corpo, eis aí uma característica crucial da sexualidade infantil, ela é autoerótica (FREUD, 1905/2016).

Compreendendo a sexualidade infantil marcada pelo autoerotismo, Freud propõe que a pulsão não está dirigida para outras pessoas, mas encontra objeto de satisfação em partes do próprio corpo, sua meta sexual, portanto, é dominada por zonas erógenas, que são partes “da pele ou mucosa em que estímulos de determinada espécie provocam uma sensação de prazer de certa qualidade” (FREUD, 1905/2016, pág. 87). Na Psicanálise, a noção de uma erogeneidade multizonal sustenta o entendimento de que o corpo é uma superfície erógena, de modo que não é possível uma redução apenas à genitália, pois essa limitação do sexual aos aspectos genitais não dá conta do que desde a infância é possível ser observado (ORDUZ, 2017).

Desse modo, a sexualidade infantil possui um caráter pré-genital, em que as pulsões parciais encontram satisfação nas mais diversas zonas erógenas que marcam fases da psicossexualidade do sujeito, sendo elas a fase oral, fase anal e fase fálica – esta última introduzida em 1923. A parcialidade da pulsão aponta para a predisposição polimorficamente perversa da criança. A sexualidade infantil foi nomeada de perverso-polimorfa, pois tudo aquilo que foge do objetivo cultural da procriação, servindo apenas à obtenção de prazer é tomado por perverso pela norma; e polimorfa porque suas pulsões parciais buscam a satisfação nas zonas erógenas, podendo assumir diferentes formas (FREUD, 1905/2016).

Outros componentes da pulsão presentes na disposição perversa-polimorfa da sexualidade infantil são o masoquismo, o sadismo, o voyeurismo, o exibicionismo e os desejos homossexuais (MIGUELEZ, 2019). A dimensão da homossexualidade está presente em todos os casos clínicos de Freud, sua manifestação, mesmo que em estado latente em sujeitos manifestadamente heterossexuais, se justifica, pois, “todas as pessoas são capazes de uma escolha homossexual de objeto” (FREUD, 1905/2016, pág. 34), aquelas que não a fizeram de maneira consciente, a fizeram inconscientemente. A coexistência de componentes heterossexuais e homossexuais num mesmo sujeito se dá devido a constituição bissexual do ser humano (QUINET; JORGE, 2020).

Freud se ocupa da sexualidade desde muito cedo, já no período da pré história da psicanálise, época de grande parte da correspondência com Fliess, que se deu de 1887 até 1904. Desde o início da década de 1890, a partir de suas observações clínicas, constata a importância dos fatores sexuais na etiologia das neuroses, tendo partido então para a investigação geral da sexualidade. No *Rascunho K*, que foi anexado à carta enviada a Fliess no dia 1 de janeiro de 1896, ele discute a ideia de “forças recaladoras, o asco, a vergonha e a moral, já mostrando,

então, que a sexualidade humana é tocada pela cultura, não sendo fruto (apenas) da natureza” (PAOLIELLO, 2020a, pág. 39). Se a sexualidade logo é tomada em suas teorizações, a bissexualidade não tarda a ser pensada, de modo que na *carta 52*, que Freud escreve a Fliess em 6 de dezembro de 1896, há menção a bissexualidade, temática que percorre dos primórdios até o final de sua obra. Encontramos no pensamento freudiano a importância do “papel da disposição bisexual na subjetivação da sexualidade” (IANNINI; TAVARES, 2019, pág. 7).

A noção de bissexualidade inerente ao ser humano tinha uma posição tão preponderante que chegou a ser pensada enquanto possível título para os *Três Ensaios...*, na *carta 145*, de 7 de agosto de 1901, Freud afirma a Fliess que seu trabalho se chamará *A bissexualidade humana*. Em 1905, encontramos um trecho em que se evidencia o quanto primordial ela é, pois, em suas palavras: “desde que tomei conhecimento da noção de bissexualidade, considero esse fator decisivo e acho que, sem levar em conta a bissexualidade, dificilmente poderemos chegar à compreensão das manifestações sexuais que realmente se observam no homem e na mulher” (FREUD, 1905/2016, pág. 140).

Freud insiste no quanto deve a Fliess com relação a bissexualidade: “a ideia em si é sua. Deve se lembrar que disse a você há anos que a solução estava na sexualidade, quando ainda eras rinologista e cirurgião, e anos depois corrigiu: na bissexualidade, e vejo que tem razão” (FREUD, 1901/2019, pág. 56). Sua meta era compreender o aspecto psíquico da bissexualidade, diferentemente de Fliess que a considera sob o plano da biologia geral e não enquanto um fator psicológico. Mesmo com as diferenças bem delimitadas, aquilo que servira como um móbil de união entre eles, esteve também na base de sua ruptura, já que Fliess sentiu que suas ideias foram roubadas (JORGE, 2005).

A concepção da bissexualidade constitucional nos diz de uma disposição interna da pulsão, que se orienta tanto para a figura masculina quanto a feminina. Encontramos nas teorizações de Freud uma postura ética de abertura para compreender o diverso que é o humano. Assim a sexualidade pode se orientar por este ou aquele caminho, sem que um seja melhor do que o outro e vice versa, apenas diferente. Os ditos heterossexuais o são de maneira manifesta, por terem recalado seus impulsos homossexuais, que existem em cada sujeito, assim quem não é homossexual de forma consciente o é de forma latente (FREUD, 1905/2016).

Para além da bissexualidade constitutiva, outro elemento central da teoria psicanalítica quanto à sexualidade infantil é o complexo de Édipo, considerado o complexo nuclear das neuroses. Embora o termo tenha surgido só em 1910 no artigo *Um Tipo Especial de Escolha de Objeto Feita Pelos Homens*, seus vestígios já vinham sendo percebidos por Freud desde 1897,

quando numa carta a Fliess, declara que o apaixonamento do menino pela mãe e a hostilidade dirigida ao pai diz de um fenômeno universal da infância. Deriva daí o poder de atração da lenda grega de *Édipo Rei*, que fora transposta para o teatro por Sófocles, tendo em vista que esse mito expressa uma compulsão presente em todos nós, já que podemos considerar que “cada pessoa da plateia foi, um dia, um Édipo em potencial na fantasia, e cada uma recua, horrorizada, diante da realização de sonho ali transplantada para a realidade, com toda a carga de recalcamento que separa seu estado infantil do estado atual” (FREUD, 1897b/1986, pág. 273).

Foi com o abandono da teoria da sedução, relatada na *Carta 69*, que a problemática edipiana pôde ser percebida, quando ele já não mais acredita em sua neurótica se abre a possibilidade de pensar na importância das fantasias. Ao se questionar quanto a veracidade daquilo que era relatado enquanto algo factual, pôde descobrir a realidade psíquica e os impactos que esta tem no sujeito (FREUD, 1897a/2018). A frequência com a qual as fantasias sexuais se ocupavam da temática parental levou a primeira suspeita quanto a existência de desejos incestuosos (MIGUELEZ, 2019).

Em *A Interpretação dos Sonhos* (1900), encontramos no capítulo cinco os sonhos sobre a morte de pessoas queridas enquanto sonhos típicos. A interpretação freudiana é de que nessas manifestações oníricas a realização de desejo não é atual, mas de algum momento da infância. Freud afirma que “o homem costuma sonhar com a morte do pai, e a mulher com a morte da mãe [...] como se o garoto reconhecesse no pai, e a menina, na mãe, um rival no amor cujo afastamento só lhe traria vantagens” (FREUD, 1900/2019, pág. 296). Ele retoma as sombrias mensagens presentes nos mitos dos primórdios da humanidade, como a desagradável ideia do ilimitado poder do pai que o usa com brutalidade, bem representado por uma figura a quem recorrerá novamente em 1938 no texto *A Cisão do Eu no Processo de Defesa*, trata-se de Cronos, que devora seus filhos e que também tenta comer o mais jovem, Zeus, que salvo pela mãe, vem a castrar seu pai posteriormente (FREUD, 1938/2018) “e se coloca em seu lugar como senhor” (FREUD, 1900/2019, pág. 297).

Num primeiro momento a questão edipiana fora pensada a partir de uma perspectiva de caráter natural, em que os desejos incestuosos, tomados como universais, eram compreendidos como orientados em direção ao outro sexo, em que o menino desejaria a mãe e a menina o pai. Aqui “o caminho parece fechado a qualquer interrogação a respeito da origem, da construção de uma posição subjetiva sexuada, masculina ou feminina. Nasce-se já homem ou mulher psiquicamente, tal como anatomicamente, e é natural ser heterosexual” (MIGUELEZ, 2019, pág.35).

As considerações acerca desse primeiro modelo do complexo edipiano, presente no pensamento freudiano entre a *Carta 69* e o texto de *Totem e Tabu* (1913), o desenham conforme o que se denomina na teoria psicanalítica de “complexo de Édipo simples, ou seja, puramente positivo ou heterossexual” (MIGUELEZ, 2019, pág. 56). Com os desdobramentos de suas reflexões, teorizações mais complexas vão emergindo na maturidade do pensamento freudiano, de modo que, no trabalho *O Eu e o Id* (1923), Freud articula a constituição bissexual do ser humano com a questão edipiana e postula o complexo de Édipo completo.

Nessa articulação o polo positivo (heterossexual) e o negativo (homossexual) são integrados à trama edípica, complexificando a discussão ao introduzir a coexistência de identificações e escolhas objetais tanto com quem realiza as funções maternas quanto paternas, o que se alinha com a bissexualidade, ressaltando a pluralidade (FREUD, 1923a/2011). Assim, o mesmo sujeito vivencia simultaneamente uma identificação com ambos os cuidadores e toma a ambos como objeto de seu desejo. Diferentemente do que se observava num primeiro momento, agora a compreensão psicanalítica não se baseia na natureza, os desejos em jogo são entendidos enquanto resultantes da história do sujeito por meio dos processos identificatórios e das escolhas de objeto (MIGUELEZ, 2019).

#### **2.4. O desejo fora do armário da Moral Sexual “Civilizada”**

Diante do que já foi exposto é possível perceber como Freud se posiciona no debate sobre a diversidade, mas é válido resgatar outros elementos, como seu pronunciamento a um jornal vienense, no ano de 1903, quanto a um escândalo envolvendo práticas homossexuais. Ele é claro ao afirmar que a homossexualidade não deve ser tratada nos tribunais, sua convicção é de que os homossexuais não são doentes. Com a mesma firmeza, em 1921, respondeu a uma carta de Ernest Jones – que estava na posição de presidente da *International Psychoanalytical Association* (IPA) e era contrário à admissão de um analista homossexual à sociedade – na carta de resposta, assinada por Freud e Otto Rank, eles manifestam não concordar com Jones. No ano de 1930, coerente com seu pensamento acerca do assunto, Freud assinou uma petição a favor da descriminalização das homossexualidades (PAOLIELLO, 2020a). Por fim, em 1935, Freud responde a carta de uma mãe preocupada com a homossexualidade de seu filho, escrevendo que “a homossexualidade certamente não é uma vantagem, tampouco é algo de que se envergonhar, não é nenhum vício, nenhuma degradação, não pode ser classificada como doença; nós a consideramos uma variação da função sexual” (FREUD, 1935/2019, pág. 349).

Como podemos constatar, por mais nítida que seja a postura freudiana frente a pluralidade sexual, não é um consenso na psicanálise, afinal de contas a psicanálise é ela própria diversa. Um mês após a carta de Freud e Rank, os berlínenses Karl Abraham, Max Eitingon e Hanns Sachs salientam motivos para seu posicionamento avesso a possibilidade de um sujeito homossexual tornar-se psicanalista (BULAMAH, 2014). A própria filha e herdeira intelectual, Anna Freud, manifestou-se contrária a ideia de que homossexuais praticassem a psicanálise, considerando que estes deveriam ser tratados, perspectiva semelhante a escola kleiniana (PAOLIELLO, 2020a). Mesmo sendo um revolucionário, manifestadamente a frente de seu tempo, o pai da psicanálise não escapa das conflitantes contradições que nos habita, assim

assustado com a ideia de que sua filha pudesse se tornar realmente lésbica, Freud a desviou de seu desejo de explorar as camadas profundas de seu inconsciente. Ele a encorajou tanto mais a desempenhar um papel maior no movimento psicanalítico quanto esperava vê-la engajar-se num trabalho intelectual intenso. O tratamento de Anna com seu pai acabou de uma forma curiosa. Certamente, ele lhe permitiu afirmar-se como uma futura chefe da escola, mas ele também teve como consequência lhe fazer odiar sua própria homossexualidade ao ponto de depois, durante toda sua existência, mostrar-se hostil à ideia de que os homossexuais possam praticar a Psicanálise (ROUDINESCO, 2020, pág. 111).

Retomando o fio que nos conduz num breve recorte da história, no período dos anos 20 até o final dos anos 40, com a ascensão do nazismo, a homofobia se intensificou pela Europa. Houve consequentes retrocessos no que tange aos movimentos inclusivos das diferenças. Foi cancelada a votação para anular o parágrafo 175 das leis alemãs, que tomava as práticas homossexuais como crime, tendo sofrido alterações que o tornaram ainda mais rigoroso. Num primeiro momento, antes dos tempos de guerra total, a ordem não era de exterminar, mas de reabilitar os homossexuais, recolocando-os no caminho de uma sexualidade “normal”, ou seja, heterossexual e reprodutiva. A sentença além da prisão era a esterilização, comumente pela castração, tendo sido ampliada em 1942 por Hitler para a morte (PAOLIELLO, 2020a; BULAMAH, 2014).

No ano de 1937, um triangulo na cor rosa foi imposto aos homossexuais presos nos campos de concentração, eles eram destinados a realizar as piores tarefas, além de serem alvos de ataques dos guardas, sofriam a violência de outros prisioneiros. Estima-se que o número de homossexuais assassinados durante o regime nazista tenha ultrapassado os 100 mil (PAOLIELLO, 2020a). Mesmo após a derrota, a violência contra os homossexuais se mantinha socialmente autorizada (BULAMAH, 2014). Com a queda do nazismo, os prisioneiros homossexuais permaneceram encarcerados, tendo em vista que o parágrafo 175 seguia

enquanto lei vigente na Alemanha até sua revogação, que apenas se deu em 1994 (PAOLIELLO, 2020a).

Após o triunfo na Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se consolidaram como potência econômica e ideológica, tendo a língua inglesa se tornado universal nos congressos e publicações da psicanálise. Desde seu desabrochar em território estadunidense, a psicanálise harmonizou-se com a medicina e seus ideais, resultando num freudismo irreconhecível e aliado aos códigos morais da sociedade (BULAMAH, 2014).

Com o advento do *Diagnostic and Estatistical Manual of Mental Disorders* (DSM), publicado em sua primeira versão em 1952, a Associação Americana de Psiquiatria classificou a homossexualidade como um diagnóstico incluso nos desvios sexuais, categorizado no grupo de Perturbações Sociopáticas de Personalidade, junto do fetichismo, sadismo sexual e pedofilia. Até o ano de 1973, o DSM teve seis reedições revisadas em que a homossexualidade permanecia mantida como desvio sexual. Paralelamente, a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1948, na sexta revisão do Código Internacional de Doenças (CID), passou a incluir a homossexualidade na categoria de personalidade patológica (PAOLIELLO, 2020a).

No que tange a problemática de patologizar as orientações sexuais que divergem da heterossexualidade, além dos estereótipos e da legitimação da violência física e simbólica no campo social, houve no âmbito da saúde a oferta de uma suposta terapêutica, que trouxe consideráveis danos, a “cura gay” intensificou sofrimentos. Entre alguns dos “tratamentos” para a “cura” das homossexualidades é possível listar

intervenções cirúrgicas como castração, vasectomia, lobotomia, esterilização, clitoridectomia e histerectomia; intervenções químicas com estimulação sexual, indução de depressão sexual e injeção de hormônios (estrogênio e testosterona), e intervenções psicológicas, como a prescrição de abstinência, terapia de ajustamento, psicanálise, hipnose e terapia aversiva (MACEDO; SÍVORI, 2018, pág. 1418).

A retirada das homossexualidades do rol de transtornos mentais foi uma vitória conquistada pela mobilização política e luta dos movimentos sociais. Foi num bar novo-iorquino que se levantou uma resistência contra a força mortífera da perseguição policial. Administrado pela máfia em condições precárias, Stonewall era o único bar em Nova York que permitia que seus clientes (gays e trans) pudessem dançar. “Como sempre ocorria nos poucos pontos de encontro gay tolerados na época, o bar e seus clientes sofriam permanente perseguição da polícia” (REITTER, 2019, pág. 43).

A revolta de Stonewall, que se deu no dia 28 de junho de 1969, é um marco histórico, uma virada na posição subjetiva. Para Jorge (2020), é verdadeiramente uma conquista analítica, a saída do armário e da condição de objeto da perseguição policial para as ruas é um movimento de encontrar a própria voz, saindo do silenciamento da tristeza, amargura e vergonha, para assumir uma posição de sujeito desejante com orgulho. "Com os avanços desencadeados pelo evento Stonewall, houve um grande giro de discurso e o 'amor que não ousava dizer seu nome', ganhou direito de cidadania" (QUINET; JORGE, 2020, pág. 9).

Em 1970, ativistas do movimento que acabara de nascer, invadiram o congresso da APA, argumentando que a patologização das homossexualidades era o principal fator de sustentação para o preconceito contra a diversidade sexual (PAOLIELLO, 2020a). A mensagem aos psiquiatras naquele momento era: "deixem de falar de nós e começem a falar conosco" (REITTER, 2019, pág. 45). Em resposta ao protesto, nos anos de 1971 e 1972, foi discutido o assunto e votado pela despatologização das homossexualidades, em 1973 o comitê recomendou a retirada do diagnóstico do DSM e em 1974 a decisão foi aprovada (PAOLIELLO, 2020a).

Charles Socarides, representante dos psicanalistas e aquele que de maneira mais tenaz se opôs à despatologização, defendia a posição moralista apoiada na biologia de que o homem e a mulher acasalam normalmente com o sexo oposto (REITTER, 2019, pág. 45). Questão que já foi abordada no presente trabalho, mas vale resgatar o raciocínio freudiano para compreender se enquanto psicanalista ele estava posicionado tal qual Freud. Mergulhando na obra freudiana, é possível observar que a sexualidade seguindo um determinado caminho é qualificada como normal, algo que aparece nos *Três Ensaios...* quando ao resumir o que foi apontado até o momento quanto ao desenvolvimento da sexualidade infantil, diz que as

características da vida sexual infantil, que é essencialmente autoerótica (encontra seu objeto no próprio corpo) e que seus instintos parciais se empenham na obtenção do prazer, em geral, sem conexão entre si e de forma independente. O resultado do desenvolvimento é a chamada vida sexual normal do adulto, na qual a obtenção de prazer ficou a serviço da função reprodutiva e os instintos parciais, sob o primado de uma única zona erógena, formaram uma organização sólida para alcançar a meta sexual num objeto sexual externo (FREUD, 1905/2016, pág. 107).

Segundo Quinet (2020), Freud frequentemente utiliza o termo "normal" quando se refere a heterossexualidade, o que pode acarretar numa interpretação do normal enquanto sinônimo de saudável e do anormal como patológico. O autor afirma que na psicanálise houveram correntes que enalteceram a relação genital entre homem e mulher, fazendo da heterossexualidade o modelo de orientação sexual normal, tendo como o rumo para o qual a

análise deveria percorrer, levando o analisando que assim atingiria sua suposta maturidade sexual. Contudo, “a partir da posição ética de Freud e de seus textos sobre a moral sexual, podemos interpretar o ‘normal’ em Freud como relativo à norma social e o anormal como o ‘caminho proibido pela sociedade’ segundo suas palavras” (pág. 94).

No que tange ao desenvolvimento convergente com a norma, Freud (1905/2016) afirma que o desenvolvimento da organização sexual culmina na subordinação das pulsões parciais sob primado da genitalidade, sendo o estabelecimento de tal primado posto a serviço da reprodução a última fase percorrida pela organização sexual. Já no texto *Desenvolvimento da Libido e as Organizações Sexuais* (1916b/2019), ele percebe um paralelo da sexualidade com relação ao psiquismo, pois enquanto muitos tomam consciente e psíquico como sinônimos, a psicanálise amplia o conceito de psíquico reconhecendo que este vai para além das fronteiras do consciente, o que de modo muito semelhante ocorre com o sexual tomado como sinônimo de genital, algo que encontra objeção na perspectiva freudiana ao postular “um sexual que não é genital, que não tem nada a ver com a reprodução” (pág. 212).

Barbero (2005) ressalta que na psicanálise as condutas sexuais não convencionais, como as homossexualidades, são tomadas muitas vezes como perversão. A moralidade envolta naquilo que diverge da norma imposta encontra contraponto na teoria freudiana, que desfaz a barreira do normal e do patológico, derruba o véu que separa aquilo que até então encontrava-se demarcado, quebra essa muralha de ideias preconcebidas. “Isso porque a Psicanálise não se situa no âmbito da ‘moral civilizada’ nem da medicina com seus ideais de saúde e normalidade, e seus critérios de doença e de patologia” (QUINET, 2020, pág. 94).

Sendo considerada normal, para a sociedade, a sexualidade que está em função da reprodução, como já vimos, algo de que Freud discorda claramente ao ampliar o conceito de sexualidade, devolvendo assim a sua amplitude correta. A sexualidade é inconsciente, o inconsciente é o infantil e este é perverso polimorfo, de modo que toda sexualidade é perversa.

Nesse sentido, Freud promove a despatologização das perversões ao considerar que a essência da sexualidade humana é perversa (QUINET, 2020). Facilmente é possível observar traços de perversão na dita vida sexual normal, o próprio beijo é enquadrado nas condições de um ato de perversão, tendo em vista que ele não consiste na união dos genitais, mas sim de duas zonas erógenas bucais (FREUD, 1916b/2019). Partindo dos fenômenos socialmente repudiados e cientificamente patologizados, o movimento freudiano é aquele que vai do dito patológico até a sua presença no suposto normal, de modo que as aberrações sexuais não estão assim tão longe

quanto gostariam aqueles que repudiam as orientações sexuais dissidentes, como as homossexualidades.

A postura freudiana com relação às homossexualidades não é da ordem da “moral sexual”, o que vemos, desde os primórdios da Psicanálise, é uma posição ética contra a perspectiva normativa, que suscita o *pathos*. Em Freud (1916a/2019) é reconhecido que há impulsos homossexuais em cada sujeito, e que boa parte dos sintomas neuróticos dão expressão a essa homossexualidade latente. Uma premissa que fala do outro, mas que fala também de si. É possível escutar a homossexualidade em Freud e a homossexualidade de Freud, na medida em que ao conhecer a história do autor nos deparamos com suas relações com Breuer, Fliess, Jung e Ferenczi.

Diferentemente dos saberes científicos, que a serviço de uma moral sexual dita “civilizada” – e aqui os parênteses de Freud (1908/2015) são provocativos – visam uma alienação dos sujeitos, ditando o que é normal e, portanto, desejável, ao paço em que lançam tudo aquilo que foge a essa normatização no rol das aberrações, a psicanálise emerge como uma disciplina outra, que não se coloca a serviço dessa normatização dos indivíduos, colaborando em processos de adoecimento, como o que ao longo da história ocorreu com as sexualidades desviantes da norma.

Freud despatologiza as perversões, as homossexualidades e em última análise a própria sexualidade, compreendida como plural e não única, que é pulsional e não instintiva, não limitada a enquadramentos morais que visam lhe colocar a serviço da reprodução e lhe tomam como sinônimo de genitalidade, num reducionismo empobrecedor, mas não ingênuo, que serve às relações de poder. A sexualidade é perversa, surge latente nas fantasias dos neuróticos, tal como manifesta nos comportamentos dos perversos, afinal a neurose é o negativo da perversão (FREUD, 1905/2016).

Sexualidade, esse horror severamente combatido fora, no outro, naquele que ama, transa e goza de forma diversa do Eu. Tão repreendida pelo social, tão repugnante para a moral, tão abjeta para aqueles que se levantam contra a diversidade das pessoas LBTQIA+, numa ação que visa a marginalização, uma tentativa de aniquilação dessas subjetividades, que trazem consigo a marca da diferença. Esse horror não está apenas no outro, não está lá fora, mas dentro e é talvez justamente por esse motivo que existe tanta implicação com essa questão, talvez seja justamente por esta razão que incomode tanto como o outro ama, transa e goza.

### **3. OS ECOS DE NARCISO E O SILÊNCIO MORTÍFERO DE SUJEITOS LGBTQIA+**

#### **3.1. Narciso face ao espelho: os contornos que delimitam o Eu**

Pensar a formação do Eu implica em penetrar nos estudos sobre a constituição do narcisismo, visto que os contornos que circundam o sujeito, as linhas que o delimitam se dão no emaranhado da trama narcísica. Conforme Freud (1914/2010) sustenta em seu importante trabalho *Introdução ao Narcisismo*, nos primórdios da vida não há uma unidade comparável ao Eu, este se constituirá. O surgimento do Eu se dá na passagem da condição de despedaçamento, de um corpo fragmentado, não integrado, próprio do autoerotismo, para uma experiência de unificação de si, em que as bordas são desenhadas com o estabelecimento de fronteiras que demarcam o dentro e o fora e que separam o Eu do Não-Eu.

É no contato com o mundo externo que o Eu pode emergir a partir das identificações com os traços dos objetos com os quais estabelece relação. O outro oferece elementos que o bebê coloca para dentro ao percebê-los como bons, assim o fenômeno fundante do aparelho psíquico se dá pela via da introjeção dos aspectos que agradam, já que ao introjetar o objeto ocorre uma ampliação do Eu e consequente restrição de seus limites (CAMPOS, 2020).

Ferenczi (1909/2011) foi o responsável pelo conceito de introjeção, mecanismo inverso da projeção. Ele parte da dinâmica presente na psicose e na neurose para ilustrar sua ideia. Enquanto em quadros psicóticos como o da paranoia é projetado fora aquilo que não pode ser reconhecido dentro, nas neuroses o que aparece em cena é a busca por incluir em seu mundo interno tanto quanto possível daquilo que lhe interessa no mundo externo, para fazer disso objeto de sua fantasia. A partir da experiência psicanalítica podemos pensar tanto a projeção paranoica quanto a introjeção neurótica enquanto exagerações de mecanismos do psiquismo encontrados na constituição do Eu de todo sujeito.

No início da vida, o bebê experiente tanto os estímulos internos quanto os externos de maneira monista, apenas mais tarde o monismo cederá lugar para o dualismo. Para que venha a ser possível a diferenciação dentro e fora, será necessário que o bebê realize sua primeira ação projetiva, a “projeção primitiva”. No entanto, nos dirá Ferenczi, uma parte do mundo externo se opõe, não se deixa expulsar assim facilmente do Eu e persiste em se impor: “ama-me ou odeia-me” (FERENCZI, 1909/2011, pág. 96). O Eu cede, reabsorve um pedaço do mundo externo e o inclui em si, dessa maneira se constitui a primeira introjeção, que por sua vez o autor denomina de “introjeção primitiva”.

Pensando na diferenciação entre o dentro e o fora, o bom e o mau, é possível acompanharmos Freud (1925a/2018), que nos assiná-la numa direção semelhante à de Ferenczi, ao afirmar que aquilo que é sentido como bom é introjetado, enquanto o mau será jogado para fora. Ele nos aponta que no momento em que vigoram as mais antigas pulsões orais, é como se fosse expresso que o que me agrada eu quero comer e ao devorar introduzo isto em mim, enquanto aquilo que é tomado como ruim, eu quero cuspir, tirar de mim, de modo que, ao regurgitar, eu expulso de mim isto que deve se manter fora.

Nesse movimento de delimitação do espaço interno e externo e na possibilidade de diferenciação entre o Eu e o Outro, a identificação é um mecanismo que possui papel preponderante. Numa nota de rodapé do célebre texto que institui a segunda tópica, Freud (1923a/2011) nos diz quanto aos processos identificatórios iniciais, que num momento arcaico o mais prudente seria dizer de uma identificação com ambos os pais, posto que a diferença entre os sexos ainda não é conhecida. Retomando o conceito de bissexualidade constitutiva, temos em mente que nesse intrincado processo o sujeito deseja os cuidadores, mas também se identifica com eles, nesse sentido ele deseja ter e deseja ser ambos (MCDOUGALL, 1999).

A identificação, entendida enquanto a mais arcaica manifestação de uma vinculação afetiva, se dá de acordo com o modelo oral, num movimento canibal, em que o objeto é devorado (FREUD, 1921/2011). Os processos identificatórios nos ajudam a pensar a fundação do Eu, que se dá na relação do bebê com o outro, tendo em vista que é justamente a partir “do encontro com o olhar totalizador da mãe que um Eu pode ser estruturado” (MIGUELEZ, 2015, p.44). Segundo Marion Minerbo (2019) as identificações primitivas fundam os alicerces do narcisismo primário, “a primeira delas permite ao sujeito ter a experiência de um contorno corporal próprio. É a matriz para a experiência de ter fronteiras egóicas próprias, condição para um dia, diferenciar-se do objeto” (pág. 106).

O momento inaugural da constituição do Eu depende de que o outro realize uma função de espelho para o bebê, ou seja, devolva por meio do olhar seu reflexo enquanto um outro, diferente da mãe. Tal movimento proporciona uma totalidade corporal mediante a percepção de sua própria imagem (JORGE, 2005), essa fase denominada de estádio do espelho por Lacan (1949/1998), configura, segundo o autor, uma identificação, de modo que uma transformação é produzida no sujeito ao assumir uma imagem, assim

A vivência de unidade que o bebê tem nesse momento, com a súbita obtenção de um contorno nítido e definido, estabelece a passagem da sensação de um corpo espedaçado, no qual há uma indiferenciação entre seu corpo e o de sua mãe, para a do corpo próprio (JORGE, 2005, pág. 45).

Nesse sentido, a dispersão polimorfa será integrada a partir do olhar do outro que delinea os limites, sendo por meio desse outro que será possível existir um Eu. A ausência de demarcações cederá lugar para as fronteiras desse outro que não faz parte de mim, que se ausenta e me deixa comigo mesmo. A princípio não há uma diferenciação clara entre o Eu e o outro, estando misturado com o objeto, que é tomado como fundamental para realizar funções psíquicas que a criança ainda não dá conta de realizar por si só. Com as ausências do cuidador que exerce as funções maternas, se dará início a percepção desse outro enquanto separado. Assim, o modelo da frustração oral ilustra como a separação vai sendo percebida, pois esse que se retira e não gratifica o bebê quando ele quer é concebido como não-eu, ao passo em que “a criança começa a ter o sentimento de existir por si própria e de ter sentimentos, desejos e pensamentos próprios” (MINERBO, 2019, pág. 145).

No eixo narcísico da constituição do Eu, ao experienciar o espelhamento do próprio corpo, uma primeira identificação ocorre com o invólucro corporal, momento em que se funda as fronteiras do Eu, aqui se nota o Eu-pele descrito por Anzieu (MINERBO, 2019). A pele é o que liga as partes em um todo unificado. “A instauração do Eu-pele responde à necessidade de um envelope narcísico e assegura ao aparelho psíquico a certeza e a constância de um bem-estar de base” (ANZIEU, 1989, pág. 44). O sujeito se percebe separado do outro que exerce a função materna, com a noção de um corpo próprio, podendo criar, portanto, sua imagem corporal. O Eu agora terá a função de manter as fronteiras íntegras, para isso mobilizará mecanismos defensivos contra angústias de aniquilamento (MINERBO, 2019).

O Eu a princípio é sobretudo um Eu corporal (FREUD, 1923a/2011). Essa totalidade que é capturada pelo espelho e organizada por intermédio da unificação do corpo e do erotismo, permite essa noção inicial de quem sou, o que se mostra uma tentativa de fazer frente a essa fragmentação inevitável dos primórdios que nos lança ao desamparo. A integração da imagem de si possibilita uma saída desse dispersivo momento autoerótico para um investimento libidinal no Eu, ou seja, o narcisismo significa a possibilidade do Eu ser tomado como objeto da libido (FREUD, 1914/2010).

Esse investimento no próprio Eu – dos primórdios da constituição psíquica – diz do narcisismo primário, primordial para a subjetivação. É o momento em que o bebê será o centro e o âmago da criação para os pais, que investem esse bebê, revivem nele o seu narcisismo, que em determinado momento foi preciso ceder e que agora, renascido das cinzas, possibilita que eles possam narcisizar o filho, que é banhado pelos investimentos parentais, tornando-o Vossa Majestade, o bebê (FREUD, 1914/2010).

Narcisismo se refere ao modo pelo qual o sujeito se relaciona libidinalmente consigo mesmo, portanto, implica no amor a si e também em sua ausência, no quanto o sujeito se adula ou se odeia, assim como na admiração ou no desprezo que sente por ele próprio, além dos sentimentos de culpa. São dimensões da relação consigo mesmo que vão para além do que se difundiu como questão narcísica, em que por vezes de forma simplista se resume ao sujeito que se ama (ROUSSILLON, 2023).

Tanto na teoria psicanalítica quanto na mitologia, a problemática narcísica é mais complexa do que o senso comum tem propagado. Em Freud (1914/2010) é evidenciado que o movimento de retração narcísica ao se desdobrar num represamento da libido no Eu é uma experiência sentida pelo sujeito como desprazerosa. No mito de Narciso, sua paixão por si próprio é tão avassaladora que o paralisa frente sua imagem, ali ele perece frente o sublime, “esse amor comporta em si uma espécie de êxtase destrutivo, um apagamento de si na relação consigo” (ROUSSILLON, 2023, pág. 15).

### **3.2. A renúncia do lugar de Eco em nome da diferença e as questões de gênero**

Roussillon (2023) ressalta que ao nos debruçarmos sobre a mitologia, nos deparamos com uma espécie de duplo de Narciso, Eco. Uma jovem ninfa que fora amaldiçoada por Hera, por ter ousado enganá-la ao ter se posto a falar ininterruptamente para desviar a atenção da deusa e, desse modo, acobertar Zeus em suas traições. Em sua vingança, Hera determinou que a ninfa não teria uma fala própria, estava sentenciada a repetir apenas a última palavra ou som que viesse a ouvir, ela agora se pronunciaria ecoando o desejo dos outros. Eco tem seu trágico fim traçado ao conhecer Narciso, por quem se apaixona perdidamente e por quem é rejeitada, o que a leva a um quadro anoréxico, no qual parou de comer e definhou, tendo seus ossos se transformado em pedras, a ninfa desapareceu, restando apenas sua voz.

O lugar que Eco ocupa diante de Narciso nos remete a posição do filho quanto aos desejos parentais, em que por vezes sua autenticidade é rejeitada, tendo em vista que sobre a criança está imposto que ela “deverá concretizar os sonhos não realizados de seus pais, tornar-se um grande homem ou herói no lugar do pai, desposar um príncipe como tardia compensação para a mãe” (FREUD, 1914/2010, pág. 37). Os pais precisam renunciar a suas fantasias, permitindo que seus filhos possam se constituir para além de suas expectativas e as crianças precisam renunciar ao lugar de Eco para se subjetivar encontrando sua própria voz.

Caso contrário, assim como a ninfa, a criança se depara com um ambiente em que não pode se expressar de forma criativa, já tendo idade pra compreender melhor o que é esperado dela poderá se posicionar enquanto pura imitação do outro, presa numa posição mimética. Esta é uma realidade em lares que não acolhem as manifestações infantis que divergem das normatividades, tais manifestações vão sendo repreendidas e fazem do destronar de Vossa Majestade uma experiência ainda mais sofrida do que a castração já é por si só.

A criança que se encontra ocupada da difícil tarefa de dar conta dos anseios parentais, não conseguindo se desvencilhar do desejo do outro pode se ver diante de entraves que dificultam os avanços em seu processo de subjetivação. Não havendo espaço para seu Eu, quase que atrofiado diante da presença do Supereu, instância portadora do Ideal de Eu, que demanda perfeição do Eu (FREUD, 1933a/2010). Originário das primitivas identificações com os pais na idade mais tenra, o Ideal de Eu (FREUD, 1923a/2011), traz para o Eu como ele deve ser para que possa readquirir a experiência de perfeição narcísica que fora perdida e que é própria do momento em que ainda reinava soberano (FREUD, 1914/2010). Como Eco, impossibilitada de ter voz própria e ser ela mesma, a criança repete aquilo que advém do Ideal de Eu, deseja pra si o que o outro deseja pra ela, se constitui conforme aquilo que o outro espera dela, numa mimese do desejo do outro.

Se o filho se encontra na posição subjetiva de Eco, os cuidadores que podam toda e qualquer manifestação desviante do esperado pela norma se posicionam tal como Narciso, tão presos em seu próprio reflexo, que não dão conta de lidar com a alteridade dos filhos. Num ímpeto aglutinador, numa tentativa de homogeneizar aquilo que se apresenta diverso e, desse modo, transformar o que é estranho ao Eu em familiar, o narcisismo se ergue incumbido de eliminar as diferenças (PINHEIRO, 1999).

As consequências dessa conflitiva no campo da intersubjetividade, ou seja, na relação entre o Eu e o outro, serão aprofundadas posteriormente, antes será necessário adentrar nas especificidades das questões de gênero, tendo em vista a temática que norteia o presente trabalho. O desencontro entre o que é esperado pelo outro e o que vai sendo manifesto pela criança se dá pela fragilidade do discurso dominante que – avesso a diferença, se propõe erroneamente a determinar a priori as vicissitudes pulsionais – tomando sexo biológico como sinônimo de gênero, ignora que este não é resultante da anatomia do corpo e que a princípio nada está dado.

De acordo com Ceccarelli (2019), a partir da escuta clínica foi possível compreender que a identidade sexual, que mais tarde passou a ser nomeada de identidade de gênero, não

possui uma dependência dos caracteres sexuais com os quais o bebê nasce, não há nenhuma causalidade natural, genética ou hormonal. A formação da identidade de gênero é um complexo processo de desenvolvimento da masculinidade e da feminilidade e que não resulta em um homem puramente masculino e nem em uma mulher absolutamente feminina.

Gênero concerne a um conjunto de traços de masculinidade e de feminilidade que há em uma pessoa, ambos os aspectos estão misturados num mesmo sujeito. Assim, em alguém com identidade de gênero masculina há uma predominância maior da masculinidade em detrimento da feminilidade, enquanto na pessoa com identidade de gênero feminina se observa o inverso (STOLLER, 1978 apud CECCARELLI, 2017). A existência de características masculinas e femininas em todos os sujeitos advém da constituição bissexual, nessa perspectiva, a ideia de uma masculinidade pura ou feminilidade absoluta são apenas construções teóricas de caráter duvidoso (FREUD, 1925b/2011).

Foi a partir do trabalho pioneiro de John Money, Robert Stoller e Ralph Greenson, que o conceito de gênero surge, eles foram os precursores do estudo de gênero no campo psicanalítico. Na década de 1950, gênero foi introduzido enquanto conceito pelo psicólogo John Money, o que contribuiu para assinalar a não existência de uma relação natural entre o sexo biológico e sua identidade de gênero. Os psicanalistas Ralph Greenson e Robert Stoller, posteriormente contribuíram com o desenvolvimento do conceito. Mal acolhido pela psicanálise, entre outros motivos, por ser compreendido enquanto pertencente ao campo social, o conceito de gênero foi importado pela teoria feminista, que o desenvolveu pensando as questões políticas (LATTANZIO, 2021).

As contribuições dos Estudos de Gênero e das Teorias *Queer* numa posição crítica do modelo hegemônico tem possibilitado importantes reavaliações. O entendimento do gênero como não binário permite uma transformação do olhar sobre ele como múltiplo e fluido, além de colocá-lo enquanto instrumento de luta política no que tange as determinações dos corpos e do prazer. “Sendo o gênero um *continuum* entre dois extremos performáticos – o ‘todo masculino’ e o ‘todo feminino’ – então cada um se situa livremente na parte do *continuum* que ele se identifica, dentro de sua história, de forma durável ou provisória” (CECCARELLI, 2019, pág. 23).

Lattanzio (2021) sustenta que a abordagem do gênero deve considerar a tensão existente entre a identidade e a alteridade. Sendo necessário salientar a não existência de uma suposta essência masculina ou feminina e tampouco de uma escolha consciente quanto ao gênero, já que a partir da psicanálise não se acredita em um sujeito plenamente consciente, autônomo e

livre de conflitos. “Ninguém nasce sexuado, posto que as bases que sustentam as identificações constitutivas do eu e as futuras escolhas de objeto são vicissitudes das relações do recém-nascido com o Outro” (CECCARELLI, 2017, pág. 62). A identidade de gênero se dá pela simbolização possível do confronto com o outro, aqui é ressaltado a primazia da alteridade na constituição do psiquismo (LATTANZIO, 2021).

Embora não encontremos em Freud o termo “gênero”, visto que em alemão, sexo e gênero são designados numa só palavra, é possível constatar na concepção freudiana que a primeira distinção que a criança faz quanto aos homens e mulheres ocorre sem levar em conta o órgão sexual. A diferenciação pai e mãe já se dá antes da castração, ou seja, antes da descoberta da diferença sexual. Nesse sentido, o que irá distinguir os gêneros não será o sexo anatômico e este não garante a priori o gênero (CECCARELLI, 2017).

No que tange a distinção anatômica entre os sexos, Freud (1925b/2011) postula que o encontro da criança com os genitais do sexo oposto desencadeia consequências psíquicas. McDougall (1999) assinala que pesquisas psicanalíticas posteriores constataram que por volta dos quinze meses de vida, portanto, bem antes da crise edípica, a descoberta das diferenças sexuais anatômicas provoca significativa angústia nas crianças de ambos os sexos. Sendo assim, a descoberta da diferença entre os sexos é traumática porque aquilo que é diferente provoca repulsa.

Na perspectiva de Ceccarelli (2017), toda e qualquer tentativa de conceituar a problemática da diferença sexual tomando a criança como já sendo a priori um menino ou uma menina “corre o risco de invalidar todo esforço de Freud para separar o biológico do psicológico: feminilidade e masculinidade são representações do falo” (pág. 60). O autor sustenta que diante das variáveis que são encontradas na construção da psicossexualidade, é possível pensar que tanto a masculinidade quanto a feminilidade não coincidam com o sexo biológico.

Na nota de rodapé 16 do texto *Mal-estar na Civilização*, Freud (1930/2010) retoma sua ideia de uma disposição bissexual nos sujeitos e afirma que embora biologicamente se possa dizer se alguém é pertencente ao sexo masculino ou feminino – o que talvez fosse melhor descrito como macho ou fêmea – por meio da anatomia, o mesmo não pode ser dito no que tange ao psíquico, pois o que há de masculino e de feminino psicologicamente não é assim tão facilmente reconhecido. Há aqui algo de revolucionário, pois a masculinidade e a feminilidade são tomadas como resultados de complexos processos que ultrapassam toda e qualquer determinação anátomo-fisiológica, a anatomia não é o destino. Compreender a diferença com

base na anatomia não dá conta de resolver o problema (CECCARELLI, 1999), a diferença sexual na verdade diz da alteridade.

Para além da diferenciação entre gênero e sexo biológico, é importante distinguir destes a orientação sexual. Na análise da jovem homossexual, Freud (1920b/2018) já mostrava estar atento a essa distinção. Enquanto a literatura da época tratava essa questão como se os caracteres sexuais somáticos (as características sexuais anatômicas), o caráter sexual psíquico (posição masculina ou feminina, ou seja, a identidade de gênero) e o tipo de escolha objetal (para qual objeto se orienta o desejo) estivessem sempre alinhados, o autor se opunha a tal ideia, pois para ele essa equação não resulta em conformidade, os três aspectos variam independentemente um do outro.

Enquanto o sexo é da ordem do dual, o sexual é polimorfo, múltiplo, diverso, de acordo com Laplanche (2015, pág. 155), que os diferencia, dizendo que o sexo “o é pela reprodução sexuada e também por sua simbolização humana, que fixa e engessa a dualidade em presença/ausência, fálico/castrado”, já o Sexual “fundamenta-se no recalque, no inconsciente, na fantasia. É o objeto da Psicanálise. O resíduo inconsciente do recalque-simbolização do gênero pelo sexo”. O autor salienta que o gênero é plural, tomado geralmente como duplo, masculino e feminino, mas ele não o é por natureza.

Tendo em vista que a priori nada está dado e que não há um caminho natural a ser percorrido, o sujeito em constituição ainda não se colocou numa posição de gênero, não tendo realizado a marcação de uma identidade sexual, há um trabalho a ser executado para se identificar com um gênero. Como foi fundamentado até aqui, este não é o resultado do corpo anatômico, mas sim advém de identificações inconscientes, ou seja, se trata de uma posição inconscientemente construída a partir de processos identificatórios. Assim como, por meio da erogeneização, o corpo será pulsionalizado, promovendo uma transformação do corpo biológico em corpo erógeno, também será necessário construir sua identificação de gênero.

Para analisar esta questão com maior profundidade, será abordado um fragmento do pensamento de Jean Laplanche e Paulo de Carvalho Ribeiro, sendo necessário recuar para um período arcaico do início da vida, que pode ser pensado a partir de contribuições pós freudianas que se deu nos desdobramentos da teoria psicanalítica.

O bebê humano nasce em total estado de desamparo, aberto ao mundo e aos mais diversos estímulos que se impõem a ele, sua posição é passiva frente as invasões provenientes do ambiente. É nesse contexto que Laplanche (1992 apud LATTANZIO, 2021) irá reconhecer que a pulsão e o inconsciente se dão no confronto com a alteridade, desenvolvendo sua teoria

da sedução generalizada. Assim, por meio dessa abertura possível pela passividade originária ocorre a penetração de uma sexualidade traumática – nesse caso trata-se do trauma constitutivo, possibilitador da fundação do sujeito –, que invade o psiquismo em formação.

É nessa condição do bebê lançado ao desamparo de uma posição passiva nos primórdios da vida que nos ajuda a pensar a constituição do gênero. Ser amamentado, carregado e limpo pelo outro que dele cuida vem repleto da sexualidade desse adulto que será inoculada na criança. Esse é o cenário que permite Ribeiro (2000), partindo da concepção de Laplanche acerca da ação invasiva e traumática da sexualidade inconsciente do adulto, teorizar a existência de uma identificação feminina primária, que se dá “como uma formação narcísica ainda hesitante entre a unificação e a dispersão” (pág. 47).

A identificação aqui é entendida como “eu sou identificado” ao invés de “eu me identifico”, pois trata-se de uma identificação passiva que acontece à revelia de qualquer intencionalidade do sujeito, já que este ainda não se constituiu. Para que possa emergir um Eu será necessário ser identificado por um outro, esse é o ponto em que se dá a identificação feminina primária, entre a dispersão passiva do autoerotismo e a unificação organizadora, que é necessária à formação do Eu, esse processo identificatório possibilita uma unidade e confere significação quanto as vivências fragmentárias dos primórdios. Essa feminilidade primária é constitutiva, é uma primeira representação da passividade, dessa forma o feminino é tomado como o recalado por excelência (LATTANZIO, 2021).

Ribeiro (2020) afirma que a mãe, sendo o objeto primordial, “fazia com que a associação do narcisismo a uma identificação feminina primária se desenhasse no horizonte teórico como uma decorrência inevitável” (pág. 57). Porém, do mesmo modo que a identificação feminina primária será recalada no sujeito para que possa advir a masculinidade, o recalque parece também ter se dado no pensamento freudiano, que se encontrou impossibilitado de aceitar a ideia de uma identificação precoce com a mãe.

Desse modo, partir da feminilidade originária é uma posição teórica que se opõe à concepção freudiana, já que “coloca em xeque a primazia do masculino sobre a qual muito da psicanálise clássica se funda. Em vez da importância dada ao pênis, são os atributos femininos aqueles que a criança mais deseja” (LATTANZIO, 2021, pág. 51). Flávio Carvalho Ferraz (2008 apud LATTANZIO; RIBEIRO, 2017) lembra que esse modo de pensar pode ter enquanto consequência a ideia de que quando em fantasia, os homens atribuem um pênis à mulher, não é a inferioridade dela que buscam negar, mas sim a superioridade. Portanto, a masculinidade é

defensiva, emerge enquanto uma defesa contra a identificação precoce com a feminilidade da mãe.

O recalque da feminilidade é suscitado pela lógica fálica, em que o primado do falo se dá pela síntese que recalca o feminino anterior, de modo que o que se busca é o apagamento da alteridade, por meio de uma redução de tudo à figura do mesmo (ANDRÉ, 1996 apud LATTANZIO, 2021). Esse reducionismo ao igual é encarnado pela normatividade, que visa o silenciamento dos diferentes.

A experiência transexual, que por si só borra a equivalência sexo-gênero, ao transitar entre a masculinidade e a feminilidade frustra o modelo normativo, pois faz retornar aquilo que fora recalado. Sendo um fenômeno psíquico e social em que o sujeito, ao se diferenciar do gênero que lhe foi designado no nascimento, renuncia a posição subjetiva de Eco para encontrar sua própria voz e assim poder dizer de si, faz aparecer assim a diferença, tão temida e rechaçada.

Como tudo o que inquieta, a transgeridez encontrou e ainda encontra nos dias de hoje significativas resistências em ser aceita no meio social. Tendo sido tomada como psicopatologia, foi compreendida por diferentes autores por distintas perspectivas, entre elas foi considerada como um precursor da homossexualidade, uma desordem narcísica e uma psicose (CECCARELLI, 2017). A patologização das pessoas trans tem participação nas violências que este grupo sofre, na medida em que atesta um caráter de anormalidade.

Lattanzio (2021) chama a atenção para a contribuição do contexto social no sofrimento de sujeitos que vivenciam as transexualidades, o autor convida a uma leitura do suicídio de pessoas trans por via de uma perspectiva mais complexa, que leva em consideração a sentença da sociedade de um sofrimento que os persegue até o fim de suas vidas, não tendo um lugar junto ao corpo social.

Sua marca é a pluralidade, não atoa na reedição de seu livro publicado pela primeira vez em 2008, Ceccarelli (2017) altera o título de Transexualismo para Transexualidades. Uma mudança dupla, já que, de um lado, se afasta da noção patologizante ao substituir o sufixo “ismo” – que em saúde conota algo patológico – preferindo o sufixo “dade” o qual significa “modo de ser”; por outro lado, concebe a questão no plural, evidenciando que o mais adequado é compreender tais subjetividades a partir da diversidade de dinâmicas pulsionais.

Pensando a diferenciação da transexualidade e da psicose, Lattanzio e Ribeiro (2017) apontam que o destino que foi dado a “feminilidade originária é oposto nas duas condições e que, no que tange a tal destino psíquico da feminilidade, a transexualidade é o negativo da

psicose" (pág. 79). Enquanto na transexualidade a feminilidade encontra-se integrada ao Eu, habitando o espaço psíquico e instituída enquanto Ideal de Eu, na psicose a identificação feminina primária não consegue integração no psiquismo, sendo expulsa para fora e por vezes retornando sob uma forma mortífera e persecutória.

Poderíamos pensar, portanto, que é justamente o efeito normativo que impõe proibições quanto a transicionar entre os gêneros o que pode levar um sujeito a psicotizar. De modo que o discurso social que toma a cisgeneride como norma seria instrumento de enlouquecimento quando a pessoa se assujeita a tal normativa e não podendo integrar em seu psiquismo a feminilidade originária, rejeitando isso que lança pra fora e que retorna na psicose. O caso do presidente Schreber (FREUD, 1911/2010) exemplifica tal fenômeno, tendo em vista que sua necessidade quanto a transformação em mulher se apresenta enquanto algo que, externamente, se impõe a ele.

### **3.3. A queda de vossa majestade: da ferida no narcisismo à fenda narcísica**

Cair da posição narcísica em que a criança, a partir de fantasias onipotentes, pensa que ela é tudo, pode tudo e tem tudo, é inevitável e inclusive desejável, pois tal queda possibilita entrar em contato com sua condição de faltante. Estamos no terreno da castração do sujeito, ferido em seu narcisismo, momento em que se dá a perda da ilusão de completude, algo que diz respeito a todos. Entretanto, alguns não se restabelecem após esta ferida narcísica, que fora infligida à onipotência infantil, de modo a permanecerem vulneráveis (GREEN, 1988).

Pensando nesses sujeitos que seguem com sua ferida aberta em carne viva, se abre o caminho para dois pontos de investigação: o primeiro diz respeito a queda em si, tendo em vista que esta não se dá nas mesmas condições para todos, assim o quanto o sujeito se machuca depende se ele foi lançado ou deixado cair e se havia alguém para acolhê-lo, amenizando o impacto; o segundo ponto se refere àquele que cai, quão preparado ele estava? Quão bem constituída foi a sua pele narcísica para protegê-lo?

Esses tópicos se articulam, sua separação apenas ilustra a possibilidade e importância de observar a problemática por duas perspectivas, pelo prisma que focaliza o objeto e pelo olhar detido no sujeito. Enquanto no primeiro a cena se passa no campo intersubjetivo, no cuidado que a criança recebe (ou não) do outro, no segundo a análise recai sobre as consequências disto no intrapsíquico, no modo como o sujeito pôde se estruturar frente os investimentos que recebeu do ambiente.

Já foi iniciado o exame dessa temática algumas páginas acima ao abordar as questões de gênero e como alguns lares não aceitam as manifestações da diferença. Por vezes, nesses cenários, encontramos situações em que o sujeito foi amado, mas nesse amor a sua subjetividade e alteridade não foram reconhecidas, ou seja, era amado sob a condição de ser um reflexo da fantasia dos pais, tendo que ser o mesmo e jamais um outro, diferente (ROUSSILLON, 2023).

Se, como foi constatado no início do capítulo, ser visto subjetiva, é possível conjecturar que o não reconhecimento dessubjetiva. Para avançar no presente raciocínio é possível uma articulação com o pensamento de Lambotte (1993 apud PINHEIRO, 2012), que propõe uma metapsicologia da melancolia, em que apresenta sua construção teórica acerca da moldura vazia enquanto modelo especular do sofrimento melancólico. Nesses quadros, a autora comprehende o olhar da mãe como algo que atravessa o bebê e se fixa num ponto que se encontra para além dele, um olhar que não recusa sua existência, porém o que mais lhe interessa não é ele. Ocasionalmente falhas na constituição narcísica (SALZTRAGER; VERZTMAN; HERZOG; PINHEIRO, 2014).

Embora quem realiza a função materna ofereça um contorno que confere existência, falta um movimento de atribuição. Assim, temos a moldura, mas o espelho, enquanto a superfície que reflete a imagem, está ausente. Faltou alguém que pudesse se interessar pelo sujeito em constituição, reconhecendo e validando suas diferenças, o que é fundamental já que é a partir de tudo o que é dito sobre o sujeito que ele poderá se constituir (PINHEIRO, 2012). Nessa conjuntura, o reino do pequeno Narciso parece empobrecido, visto que no que tange a sua singularidade ele foi pouco investido discursivamente e afetivamente (SALZTRAGER; VERZTMAN; HERZOG; PINHEIRO, 2014).

Faz lembrar da noção de mãe morta proposta por André Green (1988), que salvo as devidas diferenças com o que foi exposto acima, é um complexo que o próprio autor diferencia do quadro melancólico. Ele apresenta não como morte material, pois trata-se de uma mãe que permanece viva fisicamente, porém psiquicamente morta aos olhos da criança ao se mostrar indisponível, com poucas possibilidades de investir.

Importante frisar que o que se pretende aqui não é misturar a concepção desses autores e rapidamente relacionar ao sofrimento de sujeitos LGBTQIA+ ignorando as particularidades dos pensamentos citados. O que interessa nesse momento são as complexificações que o presente referencial teórico traz no campo da economia psíquica, para a partir disto problematizar a subjetivação de quem vivencia na pele as consequências de manifestar o diverso do sexual e do gênero.

Roussillon (2023) ressalta que além do caráter quantitativo do investimento é fundamental considerar o aspecto qualitativo, não bastando ser amado, há que se refletir como o sujeito foi amado. Além disso, o autor sustenta que embora não possamos viver sem amor, viver de amor que seja o tempo todo amor, só amor e amor total, logo se tornaria insuportável. É preciso de alguma quantia de investimentos de ódio.

Para poder conceber a interdependência entre o amor e o ódio, que se expressa numa relação dialética entre a vinculação e a desvinculação individuante (GREEN, 1988), é preciso retomar a última teoria pulsional. No texto *Além do Princípio do Prazer*, Freud (1920a/2010) postula a ideia de um impulso que aspira o retorno ao inanimado, concebendo o importante conceito de pulsão de morte que se opõe a Eros – figura metafórica citada no capítulo anterior que representa as pulsões de vida.

Esta nova oposição irá substituir a antiga protagonizada pelas pulsões sexuais vs pulsões do eu, que serão englobadas pelas pulsões de vida, reagrupando a libido objetal e o narcisismo. Em suma, os elementos que constituíam a antiga teoria das pulsões são na verdade subconjuntos reunidos por uma mesma função que é a defesa e realização da vida contra os devastadores efeitos das pulsões de morte, pois “frente ao espectro da morte, o único adversário à altura é Eros” (GREEN, 1988, pág. 11).

Enquanto as pulsões de vida se ocupam da ligação, as pulsões de destruição operam o desligamento. Nesse sentido, os investimentos de ódio possibilitam alguma separação, que liberta o sujeito da (com)fusão com o objeto para que se torne possível diferenciar-se e subjetivar. Por esse motivo é preciso ser suficientemente odiado, sem dúvidas menos do que se é amado (ROUSSILLON, 2023).

Retomando o complexo da mãe morta, – que diante da contextualização da última teoria pulsional pode ser melhor apreciado – fenômeno no qual, absorta em sua tristeza, a mãe se desinteressa pelo filho. Uma mudança brutal, em que uma autêntica vitalidade sofreu brusca interrupção e a criança que outrora sentira-se amada, agora se vê diante das ruínas, só o que restou foi um núcleo frio. Este desinvestimento brutal é vivido como uma catástrofe, já que a perda do amor se deu repentinamente. Para tentar fazer frente a tal experiência traumática o Eu irá desinvestir do objeto materno, o que “constitui um assassinato psíquico do objeto” (GREEN, 1988, pág. 249), que resultará num buraco, um vazio.

Articulando o conceito de narcisismo com as pulsões de destruição – que aspiram o retorno ao inorgânico, já “que o objetivo de toda vida é a morte” (FREUD, 1920a/2010, pág. 204) – Green (1988) propôs o narcisismo negativo, duplo sombrio do narcisismo positivo de

Eros, que visa a unidade. A tendência do narcisismo de morte é de desfazer sua unidade, visando a eliminação da tensão ao ponto zero, voltado a anestesia, ao vazio e a inexistência.

Por vezes, o desejo pela inexistência é o ponto máximo que o sujeito é levado pela violência sofrida. A repulsa ao colorido da diversidade representado pelo arco-íris se expressa pelo sombrio e cinzento silenciamento que se expressa no mortífero que visa o apagamento desses sujeitos. Visto que a ferida narcísica diz da perda da ilusão de onipotência, o que se passa desde cedo com os sujeitos LGBTQIA+ é de outra natureza, já que aqui não se trata da perda da ideia de ser e ter tudo, mas da impossibilidade de ser quem se é e de ter espaço para a manifestação espontânea de si mesmo. Não é uma experiência que apenas fere o narcisismo, é algo que o fratura e abre uma fenda por onde jorra algo de vital, empobrecendo o Eu e o enfraquecendo. Os desdobramentos disto enquanto vivência traumática e a melancolização do sujeito serão trabalhados no próximo e último capítulo.

## 4. PATHOS DO “AMOR QUE NÃO OUSA DIZER O SEU NOME”

### 4.1. Algumas considerações sobre os efeitos patológicos da normatividade

Considerando as inquietações provocadas pela noção de uma fenda narcísica, é preciso refletir as implicações quanto ao *pathos* de sujeitos LGBTQIA+, mas não a partir de uma leitura apressada e reducionista que, derivada de uma postura classificatória, culmina num diagnóstico. *Pathos*, que significa paixão, excesso e sofrimento, está presente no termo psicopatologia, que é composto por três palavras gregas, sendo as outras duas *psychê* que quer dizer psiquismo e *logos* que tem o significado de conhecimento. Por conseguinte, o campo de estudo dos fenômenos psicopatológicos se refere a escuta e a compreensão quanto ao discurso do sofrimento psíquico (CECCARELLI, 2017).

Como Minerbo (2019) assinala, a psicopatologia psicanalítica não se pauta num modelo que reduz a catalogação de entidades nosológicas, mas sim numa compreensão das modalidades de sofrimento, que foram produzidas por determinados modos de apreender o mundo, certas matrizes simbólicas e dadas formas de reagir a tais apreensões. Interessa muito mais para o saber psicanalítico compreender a dinâmica subjetiva, esse foi o movimento freudiano e é também a proposta do presente trabalho.

Freud se inclinou para escutar os sofrimentos psíquicos, tendo notado que estes possuíam uma relação intrínseca com os impedimentos que eram impostos por um conjunto de normas sociais, que restringiam o livre exercício da sexualidade (KEHL, 2017). Assim, a psicanálise emerge da escuta daquilo que fora silenciado no seio de uma sociedade normativa, que faz força para calar o desejo, este não podendo se expressar livremente, se manifestará via sintoma.

Na era vitoriana, contexto sócio-histórico-cultural em que Freud estava inserido, a condição da mulher era restrita à vida doméstica, tendo em vista que a concepção da época era de que elas haviam sido criadas “para viver à sombra de seus maridos e para criar filhos” (BERTIN, 1990, pág. 14 apud ROCHA, 2014). Suas vidas estavam centradas na família, religião e moral. Era um cenário de pouca abertura, restritivo e inflexível que impunha que as mulheres se assujeitassem a posição do servir.

Por meio dos códigos sociais do que é aceitável e, portanto, daquilo que vem a ser normatizado pela cultura, se delimita, por um lado, o campo do que é tomado como normal, e por outro, num movimento de expulsão para as margens, exclui o que é considerado como

desviante das normas, que resultam da repressão. A civilização, logo, está fundada na repressão das pulsões e aquele que não renunciar a sua satisfação pulsional será condenado culpado de seus crimes (FREUD, 1908/2015).

As manifestações psicopatológicas aparecem enquanto reivindicações do sujeito em ser escutado num discurso que denúncia a hipocrisia social da época. A configuração sintomática da histeria de Viena do século passado diz das particularidades do tempo, tal como sua moralidade e intensa rigidez em torno da sexualidade. Desse modo, as pacientes escutadas por Freud, pela via do sintoma, exteriorizaram um sinal da inflexibilidade moral do seu tempo.

Constata-se que significativas transformações sociais impactaram nos modos de viver e sofrer. Na atualidade, é notável como as posições subjetivas são outras, consequentemente há mudanças nas formas de sofrimento psíquico, que despontam em quadros psicopatológicos com expressões diversas às que eram encontrados no século XIX. Teresa Pinheiro (2005) assiná-la que a revolução sexual possibilitou um cenário outro, diferente daquele das teorizações freudianas sobre a histeria. Com o advento da pílula anticoncepcional há uma desarticulação da sexualidade com a função reprodutiva. Se outrora o desejo era proibido, hoje sua realização deve ser instantânea (PINHEIRO, 2012).

Embora o contexto atual difere daquele, ainda há subjetividades que seguem sendo alvo das imposições da moral sexual dita civilizada, é o caso dos sujeitos que não se enquadram nos modelos da hetero e cisnatividade. Por mais que as conquistas da população LGBTQIA+ sejam significativas, o que se observa é que tais avanços são acompanhados de recuos promovidos pelo furioso discurso normativo. “Suas consequências nefastas – traduzidas em ataques violentos, agressões verbais e físicas, chegando até ao assassinato – aumentaram enormemente em nosso país” (QUINET; JORGE, 2020, pág. 10). Assim, ainda é possível escutar as palavras de Oscar Wilde em seu julgamento ao recitar os versos de seu amado Alfred Douglas, que escrevera sobre “o amor que não ousa dizer o próprio nome” em seu poema *Two Loves* de 1892 (SANTOS, 2022).

Tanto a homofobia quanto a transfobia são preconceitos enraizados em nossa cultura, estando institucionalizados no seio de nossa sociedade, de modo que somos desde muito cedo socializados numa lógica que é avessa a diversidade. Antes de avançar na análise de como a normatividade adoece o sujeito que desvia do caminho dos ideais de gênero e da sexualidade, cabe questionar quais são as implicações psíquicas que operam na manutenção dessa dinâmica odiosa, para além do aspecto social que sustenta o discurso preconceituoso.

A masculinidade que, de maneira tóxica, rechaça toda e qualquer manifestação de feminilidade nos homens e a heterossexualidade que se encontra fixada na afetividade e sexualidade de homossexuais chamam a atenção. Sempre ocupados em seus pensamentos com questões homoeróticas e transidentitárias, se utilizam dessa temática para “brincar” e para atacar. É comum o uso constante de palavras que remetem àquilo que por um lado lhes é repulsivo, e que por outro, como vimos na teoria freudiana, é desejado.

Esses homens, que sentem a necessidade de reassegurar o tempo todo como são m ásculos e viris, apresentam traços paranoides quanto a tudo aquilo que pareça colocar em xeque sua masculinidade e/ou heterossexualidade, sendo comum reações exacerbadas de hostilidade. Por vezes um mínimo sinal do outro é interpretado como se algo em si estivesse sendo contestado, um movimento que denuncia um certo saber sobre o que se passa no interior dos outros, uma posição subjetiva marcada pela revolta contra sua própria feminilidade e seu próprio impulso libidinal homoerótico, que produziram a conflitiva de que se originaram essas manifestações.

A posição de caráter paranoico que o sujeito homofóbico vivencia consiste no movimento defensivo que arma contra seu desejo homossexual. Algo similar parece ocorrer com os ataques transfóbicos, que implicam uma destruição disso que é encontrado externamente, seja a própria feminilidade, que não encontra espaço para ser integrada ao Eu, seja o desejo sexual pela pessoa transgênero, que não pode ser admitido. O que talvez leve a uma compreensão do porquê as mortes de pessoas trans são tão violentas.

Não suportando dentro as acusações e o ódio que dirige a si mesmo, o sujeito cinde com uma parte que lança para fora, no outro, para que ali possa ser destruído. Assim como a teoria freudiana delineou, quando se ocupou do Caso Schreber, o sentimento é substituído por uma percepção externa, o que antes era sentido em seu íntimo “Eu o amo” sofre transformações: “Eu não o amo, eu o odeio”, de modo que se torna, por meio da projeção, “ele me odeia” (FREUD, 1911/2010).

Nessa perspectiva, é comum observar a dinâmica paranoica no cenário político e social, em que as reivindicações do movimento LGBTQIA+ pela garantia de direitos são interpretadas como perigosas, sendo necessário sair em “defesa da família”. Ora, quais são os riscos que correm suas famílias numa sociedade mais inclusiva, que respeita a livre expressão da diversidade? O que é isto que precisa ser combatido e contido no interior do armário?

Pensar os efeitos disruptivos do mortífero presente na postura homofóbica e transfóbica é possível com a pulsão de morte, já que quando defletida para fora é transformada em pulsão

de destruição (FREUD, 1930/2010). Essa potência tanática que se ergue num ódio contra a diferença parece encontrar nos sujeitos LGBTQIA+ algo temível, que deve ser evitado, a exclusão social surge enquanto um dos efeitos do preconceito.

Aqui, excluir tem o efeito simbólico de cortar, como Perseu ao decapitar Medusa. Tal como o sibilar das serpentes anuncia o perigo, a górgona denuncia a eminente castração, nesse sentido, afastar dos olhos por meio da exclusão social é como evitar o olhar petrificante do monstro mitológico com cobras no lugar de cabelos. Como assinala Freud (1922/2011, pág. 327) “o horror à Medusa é, portanto, horror à castração, ligado a visão de algo”. Olhar para os sujeitos que vivenciam a diversidade transforma em pedra na medida em que faz encarar algo do qual não se pode mais continuar escapando, se materializa os próprios desejos e identificações recusadas.

#### **4.2 A criança queer mal acolhida a partir do olhar da “criança terrível” da psicanálise**

Tendo afrontado a moral sexual civilizada ao declarar que há sexualidade na criança, Freud (1905/2016) foi ainda mais ousado ao sustentar que a sexualidade infantil é caracterizada como perversa e polimorfa. Mesmo após mais de um século de sua formulação acerca do sexual, ainda assistimos a tentativas diversas de negar as manifestações sexuais das crianças, que são tomadas como seres inocentes que devem ser preservados, protegidos do que há de terrível na “suposta ideologia de gênero”. Paire sobre pais e educadores um medo de que as crianças venham a ter sua identidade de gênero e/ou orientação sexual desviada dos modelos normativos, esse medo impulsiona as resistências dos adultos em perceber que “os corpos pulsionais resistem às normas” (RODRIGUES, 2019, pág. 45).

Nesse sentido, busco problematizar a situação da criança que em seu polimorfismo perverso escapa ao que é esperado por uma hetero e cismoratividade. Contudo, comprehendo que o título desse subcapítulo possa levar o leitor a um certo estranhamento, de modo que logo de início saliento que a criança na psicanálise não é tomada como petrificada numa identidade fixa e já determinada, mas sim compreendida num campo transicional e de abertura a novas inscrições, em que possa experienciar a partir de suas plurais identificações possibilidades diversas. Não tendo como intenção tomar como algo já dado ou antecipar complexos aspectos do psiquismo que estão em constituição. Essa na verdade parece ser a postura daqueles que antecipam em nome da normatividade sexual e de gênero, quando desde muito cedo acolhem e

reforçam todo e qualquer comportamento da criança como um sinal de sua suposta heterossexualidade e cisgenderidade.

A postura ética que respalda o presente trabalho é de apontar a importância de abertura para a expressão dos aspectos tanto hetero como homoeróticos, assim como manifestações variadas de masculinidades e de feminilidades. Tendo em vista que, em seu caráter polimorfo, as pulsões parciais buscam a satisfação assumindo diferentes formas, o polimorfismo da sexualidade infantil aponta para a pluralidade pulsional (FREUD, 1905/2016). Foi apresentado nos capítulos anteriores que, a partir da articulação das noções de bissexualidade constitucional e Édipo completo que Freud (1923a/2011) nos propõe, consideramos a criança identificada com ambos os cuidadores, que são também tomados por ela como objetos de seu desejo e, em sua ambivalência, rivaliza com eles. Assim, se concebemos que as crianças estão para além das normas culturais de gênero e sexualidade, explorando posições masculinas e femininas e tendo seu desejo orientado ora para um gênero e ora para o outro, não seria toda criança queer?

Ao longo do texto serão exploradas as manifestações do desejo que se orienta para outros objetos que não aquele do sexo oposto, assim como o transitar para além dos limites do gênero que o sujeito foi designado ao nascimento. Pretendo compreender a partir da psicanálise as consequências do acolhimento que o adulto oferece ou deixa de oferecer para tais manifestações da criança. Para isso, vou me valer do arcabouço teórico de um psicanalista contemporâneo a Freud, que além de seguidor foi amigo próximo, mas que foi ele próprio mal acolhido pelos seus, teve seu pensamento censurado e sofreu na pele a exclusão simbólica. Para um melhor entendimento das ideias de um autor talvez se possa antes conhecer sobre sua vida, em vista disso acompanharemos um fragmento de sua história.

Nascido no dia 7 de julho de 1873 na Hungria, Sándor Ferenczi foi o oitavo filho de uma prole numerosa, depois dele nasceram outros quatro filhos. Em seu ano de nascimento, Freud estava com 17 anos e iniciava seus estudos de medicina. O ano de 1873 marca também um importante acontecimento histórico, a reunião de duas cidades, situadas às margens do Danúbio, Pest e Buda, assim, “uma nova cidade, Budapeste, nasceu ao mesmo tempo que Sándor” (NASIO, 1995, pág. 69).

A família tinha uma livraria que ao prosperar os negócios expandiram para uma editora e também uma agência de concertos, a casa tornou-se um ponto de encontro para os intelectuais e artistas. Sándor cresceu num ambiente politizado e intelectualizado (PEREIRA; PERON, 2018), os Ferenczi levavam uma vida rica, bastante movimentada e intelectualmente estimulante. No entanto, no que tange a afetividade, os pais eram extremamente reservados, de

modo que os contatos eram dos mais reduzidos e alguns assuntos eram evitados de se falar, tais como o corpo, o sexo e as emoções (NASIO, 1995).

Aos 4 anos, o pequeno Sándor teve seus desejos de morte fraticida realizados magicamente, com a morte de sua irmã Vilma, a décima filha, que morreu no ano de seu nascimento. Nesse período, sua mãe mergulhou num estado depressivo. Ele era o filho preferido do pai, mas o perdeu cedo, este morreu em 1888, quando o jovem possuía apenas 15 anos. Sua mãe era uma mulher ativa e inteligente, embora fosse eficiente, não era terna, pois criava em série seus filhos, ficando sobrecarregada com as obrigações maternas. “Em suma, pouquíssimo amor e um excesso de severidade” (NASIO, 1995, pág. 70).

Balint (2011), no prefácio do volume I das Obras Completas de Sándor Ferenczi, evidencia que, como o esperado em circunstâncias como essas, Ferenczi idealizou o pai e desenvolveu uma relação de extrema ambivalência para com a mãe. Ao longo de toda sua vida ele demonstrou grande necessidade de amor. Possuía uma personalidade calorosa e expressava seus sentimentos generosamente, porém “nunca parecia estar inteiramente satisfeito com o que recebia: precisava sempre de algo mais” (pág. VIII).

Podemos conjecturar que, diante de um cenário familiar difícil como esse, o pequeno Sándor não pôde vivenciar algo da experiência indispensável para o desabrochar de seu ser. A falta do contato afetivo parental, a depressão da mãe e a perda do pai são elementos significativos, que nos levam a pensar em possíveis falhas na segurança básica, que impulsionalizado pela necessidade de ser afetivamente reconhecido enquanto “bom”, teriam levado Ferenczi a constantemente buscar afirmar-se em termos intelectuais numa expectativa de apaziguamento (NASIO, 1995).

Seu estilo sensível irá marcar o cuidado e seu fazer clínico, um analista que voltou sua preocupação aos mais vulneráveis da época, tal como crianças, mulheres e homossexuais (AGUIAR, 2021). Ferenczi atendeu os casos difíceis, pacientes tomados como incuráveis que lhe eram encaminhados como um último recurso, já que ninguém mais os queria (NASIO, 1995). Ao trabalhar com pacientes traumatizados, desenvolveu polêmicos recursos técnicos que delimitaram divergências com o que fora proposto por Freud (PEREIRA; PERON, 2018).

Em ocasião da morte precoce de Sándor Ferenczi, que se deu em 1933, Freud afirmou “é impossível imaginar que a história de nossa ciência o esqueça” (FREUD, 1933b/2010, pág. 468). No entanto, ele já estava sendo simbolicamente excluído da comunidade psicanalítica nos anos 20, seu pensamento já vinha sofrendo censura (PEREIRA; PERON, 2018). Por quase cinquenta anos após sua morte, suas contribuições foram silenciadas (AGUIAR, 2021).

Ernest Jones, que outrora fora seu analisando, foi o responsável pelo exílio da obra de Ferenczi, apelidado de “*enfant terrible* da psicanálise” (a criança terrível). Há aí algo de apropriado, tendo em vista que nos remete a criança que diz aquilo que os demais não desejam ouvir (MARTINS, RABELO, TEXEIRA, SOUZA, 2020). Entretanto, a maldosa formulação de Jones aprisionou Ferenczi como psicótico e “maculou a sua produção teórico-clínica com o signo da loucura, mantendo-o excluído, de maneira inapelável, do campo psicanalítico” (BIRMAN, 2014, pág. 12, apud PEREIRA; PERON, 2018).

A catástrofe foi central em seu pensamento, termo que em húngaro, seu idioma original, é *Thalassa*, palavra que intitula o mais famoso trabalho de Ferenczi. Maria Torok (2000, apud GONDAR, 2012) vai além, para ela essa palavra condensa toda a obra deste psicanalista, ao afirmar que caso fosse solicitada a resumir o conjunto da temática ferencziana em uma só palavra “seria essa – catástrofe – e seus sinônimos: traumas, acidentes, afecções, *pathos*. E se fosse nomear a pedra angular sobre a qual volteiam as querelas psicanalíticas, seria ainda a mesma palavra – catástrofe” (pág. 194).

A noção de trauma é primordial na constituição do saber psicanalítico e a partir das teorizações de nosso psicanalista húngaro, a psicanálise pôde avançar em sua compreensão acerca no traumático. Pensado como um evento intenso que marca o sujeito de maneira pontual ou progressiva, ocorrido no passado, mas que estende seus impactos devastadores ao presente e futuro (COELHO JUNIOR, 2016, In DAL MOLIN, 2016).

Diferentemente da noção de trauma enquanto constitutivo do psiquismo, Ferenczi nos propõe pensarmos na ideia de trauma precoce, reconhecendo a importância da dimensão intersubjetiva e cultural, para além do âmbito intrapsíquico (PEREIRA; PERON, 2018), tendo em vista que para ele o traumatismo patogênico é entendido enquanto um tratamento inadequado, até mesmo cruel, por parte do adulto para com a criança. Os cuidadores ao se relacionarem com a criança podem lhe perturbar ao infligir punições e ameaças graves, que lhe cause abalos resultantes de excitações excessivas em seu psiquismo, como um choque violento, algo que é tomado pela criança como inteiramente incompreensível (FERENCZI, 1930/2011).

No texto *A Adaptação da Família à Criança* publicado em 1928, que abre o último volume das obras completas de Ferenczi, acompanhamos o autor, logo no início de sua exposição, sustentar que diferentemente do que comumente se imagina, não é a criança quem deve se adaptar à realidade familiar, mas sim a família que possui a incumbência de adaptar-se à criança. Ela precisará ser inclusa enquanto um membro importante do grupo social, não

bastando nascer ali, a criança deve ser adotada pela família que lhe investirá afetos e cuidados (PEREIRA; PERON, 2018).

Por vezes, a criança se depara com o avesso desse cenário, não encontrando inclinação a adaptação por parte da família, ao invés disso, se defronta com imposições de como ela deve comportar-se, num movimento em que o desejo dos cuidadores se sobrepõe às autênticas manifestações da criança, que é podada em sua espontaneidade. Cenas como estas são encontradas muitas vezes em casas que abrigam aqueles que já na infância demonstram sinais que divergem da norma sexual e de gênero. O filho “que desafia as expectativas narcisistas parentais provoca hostilidade e sentimentos negativos” (EIZIRIK, 2017, pág. 94).

Desde cedo a criança defronta-se com opiniões de seus cuidadores que divergem das suas, que são provenientes de suas próprias vivências do que seria agradável ou desagradável (FERENCZI, 1928/2011). Há aqui um paradoxo tóxico entre as sensações subjetivas da criança e o que é imposto sobre ela pelo adulto, que exige que ela tome por mau aquilo que lhe agrada, ou considere como bom o que lhe é penoso, sendo necessário inibir sua autonomia subjetiva, o seu prazer e seus recursos de sublimação (PEREIRA; PERON, 2018). Por amor aos venerados pais, a criança se adapta ao que é imposto por eles, tomando pra si esse novo código que discrimina o que é bom e o que é ruim (FERENCZI, 1928/2011).

A desadaptação de famílias não disponíveis para acolher a criança impactam no modo como esta vai responder as exigências de socialização e subjetivação, que podem ou não ser vivenciadas como experiências traumáticas (PEREIRA; PERON, 2018). As idealizações dos pais quanto a futura orientação sexual e identidade de gênero de seus filhos estão pautadas na hetero e cismatividade, fazendo com que as crianças que não se enquadram em tais modelos normativos encontrem um terreno inóspito. Em seu texto *A Criança Mal Acolhida e Sua Pulsão de Morte*, Ferenczi (1929/2011) afirma que esses hóspedes não bem vindos captam os sinais de aversão manifestos de maneira consciente e inconsciente, podendo resultar numa quebra em sua vontade de viver. Vale ressaltar que, em tempos arcaicos da vida da criança, um mínimo dano infligido pode lançar uma sombra sobre toda a sua vida (FERENCZI, 1928/2011).

Podemos pensar nas crianças que em manifestações de sua subjetividade que destoa do esperado deparam-se com o inóspito. Como aquelas que por nascerem com determinado sexo biológico são tomadas como meninos e apresentadas a todo um conjunto de brinquedos e cores, enquanto que outros elementos considerados de menina ficam fora do seu alcance e caso algum pequeno se atreva a ultrapassar a linha que demarca o que lhe é permitido, sofrerá as passionais punições dos “adultos furiosos, rugindo de cólera” (FERENCZI, 1933/2011, pág. 119).

O mesmo vale para certas atitudes que não serão toleradas, como a sensibilidade e a expressão de seus sentimentos, tomadas como atitudes femininas, já que “homem não chora”. O lugar do masculino é o lugar viril, da força e da potência, de modo que todo aquele que demonstrar sua vulnerabilidade terá sua masculinidade e sexualidade questionada, visto que no senso comum a identidade de gênero está intimamente atrelada a orientação sexual, numa amálgama em que se confundem. Nessa perspectiva empobrecida, só é homem o sujeito que se relaciona com mulheres, portanto, quem está fora da heterossexualidade é excluído da frágil masculinidade.

A criança que no próprio seio familiar não recebe os cuidados necessários, sendo duramente podada, não sendo acolhida em suas expressões, terá que acolher a si mesma e cuidar de si. Tal dinâmica pode ser melhor compreendida a partir da metapsicologia ferencziana. No texto *O Sonho do Bebê Sábio* (1923) Ferenczi descreve um fenômeno que retomará em seu célebre trabalho *Confusão de Línguas Entre os Adultos e a Criança* (1933). Ele atribui esse sonho ao desejo que a criança tem de poder saber e ter as habilidades que os adultos possuem, de modo que ficasse mais autônomas e menos dependentes. A criança, que se sente ameaçada por estar sob os cuidados de adultos cujas atitudes ela não pode confiar, desenvolverá um desejo mais intenso de ser independente do que crianças cuidadas por cuidadores mais cuidadosos. O desejo de ser um sábio e poder suplantar os adultos em conhecimento seria, portanto, um desejo da criança de inverter a situação, uma solução encontrada por crianças traumatizadas para o seu desamparo (FERENCZI, 1923/2011).

No que tange aos efeitos da moral sobre crianças queer, ou seja, crianças que em seu polimorfismo perverso exploram outras possibilidades para além daquelas apresentadas pelo adulto, transgredindo as linhas que delimitam as normas sexuais e de gênero, podemos pensar no fenômeno que a terapia afirmativa chama de “síndrome do bom menino”. Tais sujeitos encontram travas em seu modo de ser que são decorrentes da conflitiva entre seus desejos e o medo de perder o amor da família, assim, tornam-se bem comportados, aplicados nos estudos e dispostos a colaborar com todos (BORGES, 2009).

Pensando a partir do referencial teórico psicanalítico, podemos compreender tal quadro com base no pensamento ferencziano, que propõe que as crianças que são excessivamente bem educadas possuem seus atos e gestos controlados desde a tenra infância, de modo que suas pulsões sexuais são impedidas de manifestação e acarretando futuramente um empobrecimento de sua capacidade de fantasiar (FERENCZI, 1924/2011). Podemos observar em tais cenários o

mecanismo da traumatogênese, em que há uma completa paralisia de toda a espontaneidade (FERENCZI, 1931/2011).

A educação que se impõe numa experiência excessiva pode ser tomada pela criança como um perigo iminente, do qual é preciso escapar e uma saída para situação que lhe ameaça pode ser encontrada na autoclivagem narcísica, em que um fragmento de si mesmo se cinde “sob a forma de instância autoperceptiva que quer acudir em ajuda, e isso, talvez, desde os primeiros anos da infância. Pois todos nós sabemos que as crianças que muito sofreram, moral e fisicamente, adquirem traços fisionômicos da idade e da sabedoria” (FERENCZI, 1931/2011, pág. 89), como os frutos que amadurecem antes do tempo quando feridos pelo bico de um pássaro “e na maturidade apressada de um fruto bichado” (FERENCZI, 1933/2011, pág. 119).

Ao sentir-se decepcionada, abandonada e desprezada, a criança ferida sofre uma clivagem em sua personalidade, provocada pelo abandono. A partir desse momento, uma parte de si passa a desempenhar o papel de cuidador para com a outra parte, anulando a experiência de abandono. A autoclivagem narcísica opera uma separação em que, temos de um lado, uma parte da pessoa que é sensível e brutalmente destruída e, do outro lado, uma parte que tudo sabe, mas nada sente (FERENCZI, 1931/2011).

Para proteger-se do perigo que os adultos representam, primeiramente a criança deverá se identificar por completo com eles. Quando o medo atinge seu ponto culminante, as crianças se veem obrigadas “a submeter-se à vontade do agressor, a adivinhar o menor de seus desejos, a obedecer esquecendo-se de si mesmas, e a identificar-se inteiramente com o agressor” (FERENCZI, 1933/2011, pág. 117). Tal processo se dá junto ao da cisão do Eu, numa tentativa de reagir a experiência traumática. A criança, empenhada em sobreviver, identifica-se com aquilo que é esperado dela, ou seja, com o que o agressor deseja que ela seja, assim, submetendo-se a ele completamente (DAL MOLIN, 2016). Frente ao movimento de identificação, mudanças significativas se dão no interior da criança, como a introjeção do sentimento de culpa pertencente ao adulto traumatizador (FERENCZI, 1933/2011).

Inspirando-se na noção de desmentido social pensada na situação do racismo, é possível transpor tal ideia para o cenário de outros preconceitos estruturais, como a homofobia e a transfobia, tomando-os como agressores sociais, que se personificam em todos nós. O sujeito que sofre os excessos de uma violência operacionalizada contra a diversidade sexual e de gênero, depara-se num segundo tempo da experiência traumática com a negação de que houve uma violência, desqualificando o que fora vivido, ou seja, um desmentido que provoca um silenciamento do sujeito (FERENCZI, 1933/2011; PEREIRA, 2021).

#### 4.3 Melancolia de gênero

Frente a vivência traumática do silenciamento das diferenças talvez diversas sejam as consequências psíquicas possíveis, entretanto nesse momento será necessário restringir nossa investigação para que não nos alonguemos demais. Nos encontramos no campo das clivagens do Eu e das identificações mortíferas, como analisado anteriormente a partir da noção de identificação com o agressor, em que podemos escutar clinicamente os impactos dos processos identificatórios de sujeitos LGBTQIA+ com os ideais heterocisnormativos que, muitas vezes, implica numa saída para o Eu autodestrutiva, em que impera o desligamento pulsional próprio do narcisismo de morte (GREEN, 1988; PEREIRA, 2021).

Retomando a ideia de fenda narcísica, resultante de uma fratura no psiquismo, que implica em um sofrimento que se dá tal como uma hemorragia dos investimentos narcísicos, em que a vitalidade se esvai e acarreta em um empobrecimento de si. Somos levados a compreender seus desdobramentos a partir da metapsicologia da melancolia, visto que no texto *Luto e Melancolia* encontramos que “o complexo melancólico se comporta como uma ferida aberta, atraindo para si, de todos os lados, energias de investimento [...] e esvaziando o Eu até o total empobrecimento” (FREUD, 1917/2018, pág. 111).

A melancolia é marcada pela experiência da perda, que diferentemente de um processo de luto, em que o objeto perdido será abandonado decorrente da elaboração do que fora perdido, no sofrimento melancólico o trabalho de enlutamento não foi possível e o sujeito ficou preso a sua perda. Esta não precisa ser sofrida enquanto algo que se dá pela morte concreta de uma pessoa, podendo ser perda de uma abstração como um ideal. No campo da diversidade podemos pensar na perda dos investimentos homossexuais primários. Podendo a perda ser de um ideal como a liberdade, é possível pensar na melancolização de sujeitos que encontrando a impossibilidade de expressar-se de modo espontâneo perdem a liberdade de ser quem se é. Uma perda de sua autenticidade que se dá já cedo, em que algo se perde sem que se saiba o que se perdeu nesse algo (FREUD, 1917/2018).

Não podendo se desfazer do objeto perdido, este será incorporado pelo Eu e ali preservado. Outrora o sujeito havia devorado o objeto, num ímpeto canibalista, próprio da fase oral da organização da libido (FREUD, 1921/2011). Frente a perda, ele não conseguiu abandonar o que fora perdido, que é, portanto, estabelecido no Eu. Assim, o que era um investimento objetal é substituído por uma identificação melancólica (FREUD, 1923a/2011). Desse modo, estar identificado implica em que a perda do objeto seja experienciada como uma

perda do próprio Eu, aqui se faz ouvir a premissa freudiana de que “a sombra do objeto caiu sobre o Eu” (FREUD, 1917/2018, p. 107).

O peso do objeto incorporado parece excessivo, precisando ser aniquilado, o que remete a ideia freudiana de que a identificação é desde o princípio ambivalente, podendo ser tanto expressão de carinho e ternura como também desejo de destruição (FREUD, 1921/2011). A ambivalência amor-ódio, própria da constituição conflitiva do sujeito, se transforma em uma cisão em que o Eu se divide em uma parte que se opõe à outra, tomando-a como objeto e criticamente julgando-a (PEREIRA, 2021). Numa separação que se dá pelo mecanismo da clivagem, o sujeito cinde entre os ideais – que mais tarde serão reconhecidos na teoria como pertencentes ao Supereu – e o Eu, que veio a ser modificado pela identificação melancólica (FREUD, 1917/2018).

Judith Butler (1997/2017) vai se valer das contribuições presentes em *Luto e Melancolia* (1917) e o *Eu e o Isso* (1923) para desenvolver sua noção de melancolia de gênero. Em seu trabalho *A Vida Psíquica do Poder: Teorias da Sujeição*, a autora sustenta que para além da interdição do incesto, a proibição da homossexualidade permeia nossa cultura. Ao impossibilitar os apegos homossexuais, o regime da heterossexualidade compulsória regula saídas diferentes, enquanto a perda do objeto heterosexual poderá ser chorada e, portanto, enlutada, o mesmo não ocorre com a perda do amor homossexual, esta não é reconhecida pelo meio cultural como perda de amor, desse modo ela não poderá ser pranteada.

Não poder reconhecer que é um objeto de amor implica em não poder viver a perda como perda. Trata-se de um amor assombrado pelo espectro do impensável, em que uma dupla renegação opera: “‘Eu nunca a amei, jamais a perdi’ proferida pela mulher, e ‘Eu nunca o amei, jamais o perdi’ proferida pelo homem” (BUTLER, 1997/2017, pág. 147). Por meio da renegação da perda expressa nesse “nunca-jamais” é que se dá o suporte para a naturalização da heterossexualidade. Nessa lógica, tornar-se hétero exige a rejeição dos desejos homossexuais, tal como a masculinidade implica no repúdio a feminilidade.

Abraham e Torok (1978/1995) no livro *A Casca e o Núcleo* afirmam que as perdas que não podem se confessar enquanto perdas têm o destino fatal da incorporação. Esta é diferenciada da introjeção, visto que a última é descrita como um processo de crescimento que visa o alargamento do Eu, buscando introduzir nele e assim lhe enriquecer. Já a incorporação é compreendida como um mecanismo de “cura” mágica acionado pela perda de um objeto sofrida pelo psiquismo, que age como um interdito, constituindo um obstáculo intransponível para o

movimento introjetivo, a incorporação é “como compensação do prazer perdido e da introjeção ausente, realizar-se-á a instalação do objeto proibido no interior de si” (pág. 222).

Diante da impossibilidade de introjetar, o objeto perdido será incorporado enquanto único modo possível de reparação narcísica. Na falta de outra saída para a perda, só resta o auxílio da denegação para se opor, fingindo assim não ter tido nada a perder, tal como na postulação de Butler (1997/2017) do “nunca amei, jamais perdi”. Tudo o que não pôde ser dito, todas as lágrimas que não puderam ser choradas, assim como todas as cenas que não puderam ser recordadas serão engolidas junto com o traumatismo, desse modo “o luto indizível instaura no interior do sujeito uma sepultura secreta” (ABRAHAM; TOROK, 1978/1985, pág. 249).

Sendo nessa sepultura que o melancólico procurará dissimular a sua fenda, cercando-a com muros ele vai encriptar sua ferida num segredo intrapsíquico. O objetivo por detrás da incorporação é o aprisionamento, o fechamento, e a rigor, o enterro, numa tentativa de excluir, ao mesmo tempo que preserva no interior do túmulo. Com as pedras do ódio ele constrói sua cripta, enquanto esta resistir não há melancolia. Apenas perante a ameaça do desmoronar da cripta, a melancolia irrompe, no momento em que as paredes se abalam, o Eu inteiro se torna uma cripta. Portanto, o Eu se funde com o objeto – que havia imaginado isolado de si mesmo – e na “iminência de perder sua sustentação interna [...] vai começar às claras um ‘luto interminável. Ele vai espalhar sua tristeza, sua chaga aberta, sua culpa universal – sem, aliás, jamais denunciar o indizível” (ABRAHAM; TOROK, 1978/1985, pág. 255).

No que tange ao indizível, na experiência clínica, ao nos colocarmos sensíveis ao sofrimento da melancolia de gênero, não são apenas os processos intrapsíquicos do sujeito que sofreu o traumático que se coloca em cena, mas também os mecanismos de defesa intersubjetivos e culturais, como as clivagens e denegações. O uso defensivo “produz uma interrupção na inclusão desse acontecimento na memória coletiva” (PEREIRA, 2021, pág. 68) e na impossibilidade de recordar, se dará a repetição (1920a/2010).

Para Helsinguer (2021), colocar a cultura no centro da melancolia de gênero é um dos maiores méritos desse pensamento, que se propõe analisar como incide sobre a formação do gênero as perdas dos investimentos objetais homossexuais primários, que não são pranteáveis devido o imperativo da heterossexualidade. Nas palavras de Butler

Quando certos tipos de perda são impostos por um conjunto de proibições culturalmente predominantes, podemos esperar uma forma de melancolia culturalmente predominante que sinaliza a internalização do investimento homossexual não pranteado e não pranteável. E quando não há reconhecimento ou discurso públicos que possam nomear e promover o luto

dessa perda, a melancolia assume dimensões culturais de consequência imediata (BUTLER, 1997/2017, pág. 148).

A ideia de uma cultura da melancolia de gênero nos permite encontrar sentido para o fenômeno que por vezes encontramos na clínica ao escutar pacientes que trazem consigo o sentimento de culpa pelo seu desejo e/ou identidade de gênero. O sofrimento melancólico é atravessado pela autocensura, porém as acusações contra si, que se mostram os ataques mais violentos, não parecem se adequar ao paciente, na verdade parecem “ser adequadas para outra pessoa que o doente ama, amou ou devia amar” (FREUD, 1917/2018, pág. 105).

Ao diferenciar o luto da melancolia, encontramos no extraordinário rebaixamento da autoestima o auxílio para distinguir os dois processos, tendo em vista que enquanto “no luto, o mundo se tornou pobre e vazio; na melancolia, foi o próprio Eu” (FREUD, 1917/2018, p.102). O Eu do melancólico se torna miserável pelas operações da autocensura. Na medida em que a agressividade resultante da perda não pode ser externalizada, a agressão recai sobre o próprio Eu. “Enquanto o luto permanecer indizível, o fato de a raiva não ser reconhecida pode a intensificar. E se ela não é condenada publicamente, os efeitos melancólicos da condenação podem atingir proporções suicidas” (BUTLER, 1997/2017, pág. 156).

Na clínica contemporânea, a posição ética do analista é ao lado de Eros contra os efeitos disruptivos do silenciamento da diversidade, num delicado trabalho de “dar lugar social para processos de identificação capazes de ligar traços silenciados, invisibilizados ou desvalorizados pelas fixações identificatórias mortíferas do narcisismo de morte” (PEREIRA, 2021, pág. 70). A força tanática da cultura heterocisnormativa produz modalidades de sofrimentos que se expressam como intensas forças de moções pulsionais de morte que atuam dentro da formação primária do Eu.

Diante das forças da repetição e da anulação da alteridade do trauma social, o lugar do analista é implicado, assim como Ferenczi (1931/2011), que denunciou a hipocrisia presente nas relações de poder, relações hierarquizadas como entre o adulto e a criança, a sociedade e o sujeito, o analista e o paciente. Ele alertou sobre os perigos e opressões que estão envolvidos em posturas que se tentam isentas e não implicadas (GONDAR; COELHO JUNIOR, 2021). Assim, o pensamento ferencziano se origina numa direção de ruptura para com os modelos verticais e hierárquicos, indo ao encontro do paciente, numa proposta analítica de “sentir com” (GONDAR, 2012) e a partir da sensível escuta do analista, testemunhar o sofrimento que outrora fora silenciado, reconhecendo como legítima a experiência traumática que até então fora destinada pelo desmentido à negação e à morte (FIGUEIREDO; COELHO JUNIOR,

2018). É por meio do reconhecimento do trauma que pode haver transformação psíquica e social (PEREIRA, 2021).

Por fim, é preciso esclarecer que não se propõe aqui a ausência absoluta de normas ou uma postura para com as crianças e pacientes de permissividade, onde tudo é permitido. Sendo reconhecido que a dissolução da Lei levaria a barbárie da livre expressão de toda e qualquer manifestação pulsional, desconsiderando-se a existência do outro, em um cenário apocalíptico onde todos podem tudo. Cada sociedade se organiza de tal modo que as normas possibilitam um contorno bem delimitado do que é permitido e do que é intolerável, contudo, por vezes, alguns grupos são excluídos, considerados como desviante dos modelos normativos vigentes. Numa proposta de desconstrução – e não de destruição – das normas, é possível considerar o que Butler sustenta ao afirmar “que seu objetivo nunca foi o de abolir ou transcender todas as normas, porque isso é absolutamente impossível. Toda sociedade, toda cultura produz normas de gênero e não se pode viver sem elas” (GONDAR; COELHO JUNIOR, 2021, pág. 212). O que é possível fazer nas palavras da autora é “relaxar o domínio coercitivo das normas com a finalidade de viver uma vida mais vivível” (BUTLER, 2019, pág. 40 apud GONDAR; COELHO JUNIOR, 2021, pág. 212).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo a preciosidade que há em partir do clássico para poder pensar o contemporâneo, num movimento que dá substância ao raciocínio crítico, a proposta de retomar textos cruciais, que delineiam o pensamento freudiano quanto a problemática abordada, propiciou que Freud fosse encontrado à luz dos dias atuais. Respeitando as limitações próprias de sua época, sendo um autor que ora é um homem de seu tempo, ora se mostra a frente dele, podemos reconhecer seu caráter subversivo, o que se mostra enquanto fundamental no sentido de como nos (re)posicionamos frente a Freud e a psicanálise, que é ela própria bastante plural e diversa.

Diante de um campo diversificado, cabe um olhar atento e uma escuta sensível para captar as sutilezas do preconceito que, tal como as formações do inconsciente, pode silenciosamente aparecer em cena mascarado, para que não seja reconhecido. Cabe ao analista uma posição ética para desvelar a normatividade disfarçada de teoria, pois, como foi possível observar, a diversidade sexual, que é um tema atual, é possível de ser pensada fundamentada na teoria freudiana. Noção fundamental no coração da teoria psicanalítica, o sexual é compreendido desde cedo em seu caráter perverso polimorfo, devido a dispersão pulsional e suas várias nuances, tendo como finalidade não a reprodução, mas o prazer.

Tomando por base a noção de bissexualidade constitucional e tendo em vista que nos primórdios identificação e investimento objetal não se diferenciam, podemos compreender as identificações enquanto plurais, não se limitando apenas ao masculino ou feminino, portanto, ajudando a pensar o sujeito no avesso de uma identidade coesa, como algo diverso e múltiplo. Dessa forma, mais do que sensibilizar os heterossexuais e cisgêneros com as homossexualidades e transgerardades dos outros, o presente estudo convida a enxergar as próprias inclinações homoeróticas e sua suposta identidade. Visto que é na recusa dos próprios desejos e identificações que se ergue o conjunto de normas excludentes quanto a pluralidade sexual e de gênero.

Ao encontrar fora o que é intolerável de ser reconhecido dentro, busca-se silenciar aquilo que se mostra tão aversivo à suposta coesão identitária, que se constituiu a partir dos precipitados de seus próprios investimentos e identificações que tiveram que ser abandonados. O mortífero silenciamento desde cedo impõe como um trauma precoce, seus efeitos disruptivos puderam ser melhor compreendidos à luz da metapsicologia ferenciana. Sendo no mecanismo

da clivagem do Eu e nos processos identificatórios tanáticos que psiquicamente o sujeito traumatizado se encontra.

A heterocisnatividade, marcada pela pulsão de morte, atravessa o processo de subjetivação e mais do que ferir o narcisismo, abre nele uma fenda. É por meio dessa abertura extensa na constituição narcísica, que algo de precioso se esvai, num derramamento do líquido vital que se assemelha a uma hemorragia das reservas de um Eu que se torna anêmico num processo de melancolização. Encontramos na impossibilidade de reconhecimento da perda do objeto de amor homossexual, que não pode ser pranteada, a chave de compreensão para pensar numa melancolia de gênero em sujeitos que possuem a sua diferença silenciada.

Frente a paralização da vida que se dá pelo sofrimento melancólico, o analista implicado no cuidado com esses pacientes, precisará dar lugar para o testemunho da violência, construindo meios para a elaboração do luto que até então esteve impossibilitado, esse enlutamento se mostra uma potencialidade para viver. Trata-se de um trabalho clínico sensível, que posicionado numa ética do cuidado que respeita a alteridade, se propõe a dar voz ao que fora silenciado, lembrando que não há armário que dê conta de conter, enclausurar e encerrar a potência do desejo.

## REFERÊNCIAS

ABRAHAM, N.; TOROK, M. A casca e o núcleo (1987). São Paulo: Editora Escuta, 1995.

AGUIAR, T. O. Sándor Ferenczi: Na História e na Atualidade da Psicanálise. Algumas contribuições para o tema da formação e técnica psicanalítica. **Rev. Práxis Psicanalítica**, Niterói, v. 1, n.1, p. 01-13, 2021.

ANDRÉ, S. **A Impostura Perversa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

ANZIEU, D. **O Eu-pele**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1989.

BACCHINI, A. M.; VILHENA, J.; RUDGE, A. M. T. P.; SANTOS, D. S. B. Amor e Mito como Verdade Cultural e Subjetiva. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, V. 48.1, P. 216-231, 2016

BALINT, M. Prefácio do Dr. Michaël Balint. In: FERENCZI, S. Obras Completas, Vol. 1. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BARBERO, G. H. **Homossexualidade e Perversão na Psicanálise**: uma resposta aos Gays and Lesbian Studies. 1ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005

BORGES, K. **Terapia Afirmativa**: Uma Introdução à Psicoterapia Dirigida a Gays, Lésbicas e Bissexuais. São Paulo: GLS, 2009.

BULAMAH, L. C. História de Uma Regra Não Escrita: A Proscrição da Homossexualidade Masculina no Movimento Psicanalítico. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2014.

BUTLER, J. A vida psíquica do poder: teorias da sujeição (1997). 1<sup>a</sup>ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CAMPOS, E. B. V. Constituição do Eu e Identificação Narcísica: o Debate entre Freud, Ferenczi e Abraham Acerca da Melancolia. Sofia (ISSN 2317-2339), Vitória (ES), V.9, N.2, P. 12-42, Dez/2020.

CARONE, M. Freud em Português: Tradução e Tradição. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo. 37(68): 85-95. Dez. 2004.

CECCARELLI, P. R. Diferenças Sexuais...? Quantas Existem? In: CECCARELLI, P. R. (org.). Diferenças Sexuais. São Paulo: Escuta, 1999.

CECCARELLI, P. R. **Transexualidades**. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Pearson Clinical Brasil, 2017.

CECCARELLI, P. R. **As Leituras Contemporâneas de Gênero e suas Repercussões nas Organizações Familiares**. In: ASSUAR, G.; NUNES, L. V.; SIILOVA Jr., J. P. (org.). Psicanálise, Sexualidade e Gênero: um Debate em Construção. 1<sup>a</sup>ed. São Paulo: Zagodoni, 2019.

CECCARELLI, P. R. A Invenção da Homossexualidade. In: QUINET, A.; JORGE, M. A. C. (org.). **As Homossexualidades na Psicanálise: Na História de Sua Despatologização**. 2ed. Rio de Janeiro: Atos e Divãs Edições, 2020.

DAL MOLIN, E. C. **O Terceiro Tempo do Trauma**: Freud, Ferenczi e o Desenho de um Conceito. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2016.

EIZIRIK, C. L. Filiação e Neoparentalidades: Questões Contratransferenciais. In: HOLOVKO, C. S.; CORTEZZI, C. M. (org.). **Sexualidades e Gênero: Desafios da Psicanálise**. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Blucher, 2017.

FERENCZI, S. **O Conceito de Introjeção (1909)**. In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, Vol. 1. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FERENCZI, S. **O Sonho do Bebê Sábio (1923)**. In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, Vol. 3. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FERENCZI, S. **As Fantasias Provocadas (1924)**. In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, Vol. 3. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FERENCZI, S. **A Adaptação da Família à Criança (1928)**. In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, Vol. 4. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FERENCZI, S. **A Criança Mal Acolhida e Sua Pulsão de Morte (1929)**. In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, Vol. 4. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FERENCZI, S. **Princípio de Relaxamento e Neocatarse (1930)**. In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, Vol. 4. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FERENCZI, S. **Análise de Crianças Com Adultos (1931)**. In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, Vol. 4. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FERENCZI, S. **Confusão de Língua Entre os Adultos e a Criança (1933)**. In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, Vol. 4. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FIGUEIREDO, L. C.; COELHO JUNIOR, N. E. Adoecimentos Psíquicos e Estratégias de Cura: Matrizes e Modelos em Psicanálise. São Paulo: Blucher, 2018.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber (1976)**. 7ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018

FREUD, S. **Manuscrito K: As Neuroses de Defesa, anexo à carta a Fliess de 1º de janeiro de 1896a**. In: \_\_\_\_\_. Obras Incompletas de Sigmund Freud, “Neurose, Psicose, Perversão”. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

FREUD, S. **Carta 112 [52], de 6 de dezembro de 1896b**. In: \_\_\_\_\_. Obras Incompletas de Sigmund Freud, “Neurose, Psicose, Perversão”. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

FREUD, S. **Carta 139 [69], de 21 de setembro de 1897a**. In: \_\_\_\_\_. Obras Incompletas de Sigmund Freud, “Neurose, Psicose, Perversão”. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

FREUD, S. **Carta 71, de 15 de outubro de 1897b.** In: MASSON, J. M. A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess 1887-1904. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

FREUD, S. **Carta 270 [145], de 7 de agosto de 1901.** In: \_\_\_\_\_. Obras Incompletas de Sigmund Freud, “Amor, sexualidade, feminilidade”. 1<sup>a</sup> ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FREUD, S. **A Interpretação dos Sonhos (1900).** In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, Volume 4: A Interpretação dos Sonhos (1900). 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREUD, S. **Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade (1905).** In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, Volume 6: Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade, Análise Fragmentária de uma histeria (O Caso Dora) e outros textos (1901-1905). 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, S. **A Moral Sexual “Cultural” e o Nervosismo Moderno (1908).** In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, Volume 8: O delírio e os sonhos na Gradiva, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909). 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FREUD, S. **Observações Psicanalíticas Sobre um Caso de Paranoia (Dementia Paranoides) Relatado em Autobiografia (“O Caso Schreber”, 1911).** In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, Volume 10: Observações Psicanalíticas Sobre um Caso de Paranoia Relatado em Autobiografia (“O Caso Schreber”), Artigos Sobre a Técnica e Outros Textos (1911-1913). 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. **Introdução ao Narcisismo (1914).** In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, Volume 12: Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e Outros Textos (1914-1916). 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. **As Pulsões e Seus Destinos (1915a).** In: \_\_\_\_\_. Obras Incompletas de Sigmund Freud, “As Pulsões e Seus Destinos – Edição Bilíngue”. 1<sup>a</sup> ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FREUD, S. **A Repressão (1915b).** In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, Volume 12: Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e Outros Textos (1914-1916). 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. **A vida Sexual Humana (1916a).** In: \_\_\_\_\_. Obras Incompletas de Sigmund Freud, “Amor, sexualidade, feminilidade”. 1<sup>a</sup> ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FREUD, S. **Desenvolvimento da Libido e as Organizações Sexuais (1916b).** In: \_\_\_\_\_. Obras Incompletas de Sigmund Freud, “Amor, sexualidade, feminilidade”. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FREUD, S. **Luto e Melancolia (1917).** In: \_\_\_\_\_. Obras Incompletas de Sigmund Freud, “Neurose, Psicose, Perversão”. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

FREUD, S. **Além do Princípio do Prazer (1920a).** In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, Volume 14: História de uma Neurose Infantil: (“o Homem dos Lobos”), Além do Princípio do Prazer e Outros Textos (1917-1920). 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. **Sobre a Psicogênese de um Caso de Homossexualidade Feminina (1920b)**. In: \_\_\_\_\_. Obras Incompletas de Sigmund Freud, “Neurose, Psicose, Perversão”. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

FREUD, S. **Psicologia das Massas e Análise do Eu (1921)**. In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, Volume 15: Psicologia das Massas e Análise do Eu e Outros Textos (1920-1923). 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, S. **A Cabeça da Medusa (1922)**. In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, Volume 15: Psicologia das Massas e Análise do Eu e Outros Textos (1920-1923). 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, S. **O Eu e o Id (1923a)**. In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, Volume 16: O Eu e o Id, “Autobiografia” e Outros Textos (1923-1925). 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, S. **Organização Genital Infantil (1923b)**. In: \_\_\_\_\_. Obras Incompletas de Sigmund Freud, “Amor, sexualidade, feminilidade”. 1<sup>a</sup> ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FREUD, S. **A Negação (1925a)**. In: \_\_\_\_\_. Obras Incompletas de Sigmund Freud, “Neurose, Psicose, Perversão”. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

FREUD, S. **Algumas Consequências Psíquicas da Diferença Anatômica Entre os Sexos (1925b)**. In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, Volume 16: O Eu e o Id, “Autobiografia” e Outros Textos (1923-1925). 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, S. **O Mal-Estar na Civilização (1930)**. In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, Volume 18: O Mal-Estar na Civilização, Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise e Outros Textos (1930-1936). 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. **A Dissecção da Personalidade Psíquica (1933a)**. In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, Volume 18: O Mal-Estar na Civilização, Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise e Outros Textos (1930-1936). 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. **Sándor Ferenczi (1933b)**. In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, Volume 18: O Mal-Estar na Civilização, Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise e Outros Textos (1930-1936). 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. **Carta a Uma Mãe Preocupada Com a Homossexualidade de Seu Filho (1935)**. In: \_\_\_\_\_. Obras Incompletas de Sigmund Freud, “Amor, sexualidade, feminilidade”. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FREUD, S. **A Cisão do Eu no Processo de Defesa (1938)**. In: \_\_\_\_\_. Obras Completas, Volume 19: Moisés e o Monoteísmo, Compêndio de Psicanálise e Outros Textos (1937-1939). 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GARCIA-ROSA, L. A. **Introdução à Metapsicologia Freudiana - Artigos de Metapsicologia (1914-1917): narcisismo, pulsão, recalque, inconsciente**. Vol. 3. 1<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

GONDAR, J. Ferenczi como pensador político. **Caderno de Psicanálise**. CPRJ, Rio de Janeiro, V. 34, N. 27, p. 193-210. 2012.

GONDAR, J.; COELHO JUNIOR, N. E. **Psicanálise e Normatividade**. Tempo Psicanalítico, Rio de Janeiro, v. 53.1, p. 202-220, 2021.

GREEN, A. **Narcisismo de Vida, Narcisismo de Morte**. São Paulo: Escuta, 1988.

GUIMARÃES, D. M. **Foucault e Freud**: acerca da sexualidade em discurso nos Três Ensaios de Teoria Sexual. Dissertação de Mestrado. Bahia: UFBA, 2016.

HELSINGER, N. M. A cultura da melancolia de gênero ante o tabu da homossexualidade: o Édipo e suas identificações, 100 anos depois. Cad. Psicanál. (CPRJ), Rio de Janeiro, v. 43 n. 45, p.87-113, jul./dez. 2021.

IANNINNI, G.; TAVARES, P. H. Sobre Amor, Sexualidade, Feminilidade. In: \_\_\_\_\_. Obras Incompletas de Sigmund Freud, “Amor, sexualidade, feminilidade”. 1<sup>a</sup> ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

JORGE, M. A. C. **Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan**. Vol. 1: As Bases Conceituais. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

JORGE, M. A. C. O Real e o Sexual: do Inominável ao Pré-conceito. In: QUINET, A.; JORGE, M. A. C. (org.). **As Homossexualidades na Psicanálise**: Na História de Sua Despatologização. 2ed. Rio de Janeiro: Atos e Divas Edições, 2020.

KEHL, M. R. Três Motivos (Pelo Menos) Para Ler Freud, Hoje. In: KUPERMANN, D. (org.). Por que Freud Hoje? 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Zagodoni, 2017.

LACAN, J. **O Estádio do Espelho Como Formador da Função do Eu (1949)**. In: \_\_\_\_\_. Escritos – Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

LAPLANCHE, J. **Sexual**: A Sexualidade Ampliada no Sentido Freudiano - 2000-2006. 2ed. Porto Alegre: Dublinense, 2015.

LAPLANCHE, J; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da Psicanálise**. 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

LATTANZIO, F. F.; RIBEIRO, P. C. Transexualidade, Psicose e Feminilidade Originária: Entre Psicanálise e Teoria Feminista. Revista Psicologia USP. V. 28. N° 1. 72-82. 2017.

LATTANZIO, F. F. O Lugar do Gênero na Psicanálise: Metapsicologia, Identidade, Novas Formas de Subjetivação, 1<sup>a</sup>ed São Paulo: Blucher, 2021.

MACEDO, C. M. R.; SÍVORI, H. F. Repatologizando a Homossexualidade: a Perspectiva da “Psicólogos Cristãos” Brasileiros no Século XXI. Estudos e Pesquisas em Psicologia. Rio de Janeiro. V. 18. N. 4. 2018.

MINERBO, M. **Neurose e Não Neurose**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Blucher, 2019.

MARQUES, L. Sexualidade e Ética Psicanalítica. In: QUINET, A.; JORGE, M. A. C. (org.). **As Homossexualidades na Psicanálise:** Na História de Sua Despatologização. 2ed. Rio de Janeiro: Atos e Divãs Edições, 2020.

MARTINS, K. P. H.; RABELO, F. C.; TEXEIRA, I. F. SOUZA, A. P. Ferenczi e o Estudo das Vulnerabilidades: Clínica e Política. In: BARROS, J. P. B.; ANTUNES, D. C.; MELLO, R. P. (org.). **Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos** [livro eletrônico] : estudos do programa de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020.

MCDOUGALL, J. Teoria Sexual e Psicanálise. In: CECCARELLI, P. R. (org.). Diferenças Sexuais. São Paulo: Escuta, 1999.

MIGUELEZ, O. M. **Narcisismos.** 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Escuta, 2015.

MIGUELEZ, N. P. S. **Complexo de Édipo hoje? Novas Psicopatologias, Novas Mulheres, Novos Homens.** 3<sup>a</sup> ed. Belo Horizonte: Artesã, 2019.

NASIO, J. D. **Introdução às Obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan.** Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

ORDUZ, F. Morfismos e Versidades nas Subjetividades Contemporâneas. In: HOLOVKO, C. S.; CORTEZZI, C. M. (org.). **Sexualidades e Gênero:** Desafios da Psicanálise. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Blucher, 2017.

PAOLIELLO, G. A Despatologização da Homossexualidade. In: QUINET, A.; JORGE, M. A. C. (org.). **As Homossexualidades na Psicanálise:** Na História de Sua Despatologização. 2ed. Rio de Janeiro: Atos e Divãs Edições, 2020a.

PAOLIELLO, G. O Império do Olhar. In: QUINET, A.; JORGE, M. A. C. (org.). **As Homossexualidades na Psicanálise:** Na História de Sua Despatologização. 2ed. Rio de Janeiro: Atos e Divãs Edições, 2020b.

PEREIRA, A. B.; PERON, P. Ferenczi: o trauma na clínica psicanalítica. In: AFFONSO, C.; PERON, P.; CARVALHO, R. C. C. (org.). **Sujeitos da Psicanálise:** Freud, Ferenczi, Klein, Lacan, Winnicott e Bion. Diálogos teóricos e clínicos. São Paulo: Escuta, 2018.

PEREIRA, A. B. Por Uma Psicanálise Não Colonizada: Desmentido e Identificação no Racismo. In: PERON, P.; AMBRA, P. (org.). **Provocações Para a Psicanálise no Brasil:** Racismo, Políticas Identitárias, Violências e Colonialismo. 1<sup>a</sup>ed. São Paulo: Zagodoni, 2021

PINHEIRO, T. **Em Busca de Uma Metapsicologia da Melancolia.** In: BIRMAN, J. (org.). Sobre a Psicose. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

PINHEIRO, T. Depressão na Contemporaneidade. Pulsional Revista de Psicanálise, v. 182, p. 101-109, 2005.

PINHEIRO, T. O Modelo Melancólico e os Sofrimentos da Contemporaneidade. In: VERZTMAN, J.; HERZOG, R.; PINHEIRO, T.; PACHECO-FERREIRA, F. Sofrimentos Narcísicos. Rio de Janeiro: Cia de Freud: UFRJ; Brasília, DF: CAPES PRODOC, 2012.

PORCHAT, P. Prefácio. In: RODRIGUES, G. V. **Psicanálise e Educação Sexual:** Deborah Britzman e a paixão pela ignorância. 1ed. Curitiba: Calligraphie Editora, 2019.

QUINET, A.; JORGE, M. A. C. (org.). **As Homossexualidades na Psicanálise:** Na História de Sua Despatologização. 2ed. Rio de Janeiro: Atos e Divãs Edições, 2020.

QUINET, A. Homossexualidades em Freud. In: QUINET, A.; JORGE, M. A. C. (org.). **As Homossexualidades na Psicanálise:** Na História de Sua Despatologização. 2ed. Rio de Janeiro: Atos e Divãs Edições, 2020.

REITTER, J. N. **Édipo Gay:** Heteronormatividade e Psicanálise. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Zagodoni, 2021.

RIBEIRO, P. C. **O Problema da Identificação em Freud:** Recalcamento da Identificação Feminina Primária. São Paulo: Escuta, 2000.

ROCHA, T. H. R. O Que a Histeria Pós Moderna Tem a Denunciar? In: AMBRA, P. E. S.; SILVA JR, N. S. (orgs.). Histeria e Gênero. 1<sup>a</sup>ed. São Paulo: nVersos, 2014.

RODRIGUES, G. V. **Psicanálise e Educação Sexual:** Deborah Britzman e a paixão pela ignorância. 1ed. Curitiba: Calligraphie Editora, 2019.

ROUDINESCO, E. **A Parte Obscura de Nós Mesmos:** Uma História dos Perversos. 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

ROUDINESCO, E. A Psicanálise à Prova da Homossexualidade. In: QUINET, A.; JORGE, M. A. C. (org.). **As Homossexualidades na Psicanálise:** Na História de Sua Despatologização. 2ed. Rio de Janeiro: Atos e Divãs Edições, 2020.

ROUSSILON, R. **O Narcisismo e a Análise do Eu.** São Paulo: Blucher, 2023.

SALZTRAGER, R.; VERZTMAN, J. S.; HERZOG, R.; PINHEIRO, T. Transferência e Sofrimentos Narcísicos: o Analista como Catalisador de Sentido. Cad. Psicanál.-CPRJ, Rio de Janeiro, v. 36, n. 31, p. 187-207, jul./dez. 2014.

SANTOS, A. A representação queer de Narciso: ressonâncias da estética de Oscar Wilde em Dorian, Na Imitation, releitura da The Picture of Dorian Gray. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v. 18, n. 3, p. 769-786, set./dez. 2022.